



portalbenews.com.br



INSIGHT Ricardo Arten: estar em Xangai é estar mais perto das decisões do comércio global ► **p3**



COMUNICAÇÃO Clara Laface: sua carreira não pode depender apenas do cargo que você ocupa ► **p22**

Divulgação



Nova política leva biometria a portos, aeroportos e hidrovias

Medida cria padrões comuns de identificação e abre caminho para expansão do reconhecimento facial nos sistemas de transporte ► **p9**

Divulgação



Papel e celulose mantêm expansão apesar da queda nas exportações ► **p18**

RESULTADOS Porto de Santos (SP) sobe no ranking mundial de movimentação de contêineres ► **HUB**

PORTOS APS contesta modelo de concessão do canal de Santos ► **p10**

COMÉRCIO EXTERIOR Brasil diz aos EUA que tarifaço é discriminatório e pede diálogo ► **p20**

EDITORIAL

Biometria nos portos e aeroportos: uma política setorial com lacunas

O Ministério de Portos e Aeroportos instituiu nessa segunda-feira, dia 31, a Política Nacional Setorial de Identificação Biométrica, que estabelece diretrizes para padronizar o uso de reconhecimento facial e outras formas de identificação biométrica em aeroportos, portos, instalações portuárias e hidrovias. A medida é correta em seu diagnóstico: procedimentos manuais de identificação são lentos, custosos e suscetíveis a falhas humanas e fraudes que sistemas automatizados reduzem de forma mensurável. O reconhecimento facial já funciona em Viracopos (SP) e no Galeão (RJ) em formato experimental, e o piloto realizado no Porto de Santos (SP), que testou integração entre sistemas e eficiência em ambiente de alta circulação de pessoas, forneceu dados reais sobre o funcionamento da tecnologia nas condições específicas da infraestrutura brasileira. A política de hoje sistematiza o que esses pilotos validaram. O problema é o que ela ainda não decidiu.

Os pontos em aberto são mais do que detalhes regulatórios a resolver depois. O primeiro: a política não define se a adoção do reconhecimento facial será obrigatória para as concessionárias aeroportuárias ou apenas recomendada. Essa distinção é fundamental para os usuários que precisarão saber se terão alternativa ao processo biométrico, para as concessionárias que precisarão saber se precisam investir e em que prazo, e para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que precisará fiscalizar o cumprimento de um requisito que ainda não existe formalmente. Uma política setorial tem de decidir se é obrigatória ou voluntária.

O segundo ponto em aberto é o financiamento da implantação. Reconhecimento facial em escala aeroportuária exige câmeras de alta resolução, servidores de processamento, integração com múltiplas bases de dados e manutenção permanente. Essas são despesas de capital que não estavam previstas nos contratos de concessão originais e que, se impostas sem compensação, configuram obrigação unilateral que desequilibra o contrato. A menção da política a “possíveis mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão” é o reconhecimento implícito do problema, mas sem decisão sobre como o reequilíbrio será calculado, por quem e em que prazo. Concessionárias que precisam prever esse custo para planejar seus investimentos não conseguem fazê-lo com base em possibilidades.

Um outro ponto, e de maior sensibilidade, é o tratamento de passageiros que não estão nas bases de dados públicas habilitadas, como os cadastros da Polícia Federal, da Receita Federal, do Tribunal Superior Eleitoral e da Secretaria Nacional de Trânsito, e que, pela política atual, precisarão realizar cadastro no próprio aeroporto. Esse é o passageiro estrangeiro sem documentação brasileira, o brasileiro com documentação antiga que não migrou para a Carteira de Identidade Nacional, o viajante com dados inconsistentes entre sistemas. Em aeroportos de grande movimento, criar um fluxo alternativo de cadastro in loco para esses casos significa uma fila adicional que pode cancelar parte do ganho de agilidade que a biometria promete. A política prevê conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que é correto e necessário, mas não detalha como os dados coletados no cadastro in loco serão tratados, armazenados e eventualmente descartados.

A Anac tem, nos próximos meses, a tarefa mais difícil da política: produzir a regulamentação que decida o que o Ministério não decidiu. Definir requisitos técnicos, selecionar as bases de dados elegíveis, estabelecer se a adoção é obrigatória ou voluntária e desenhar o mecanismo de reequilíbrio para as concessionárias são decisões com implicações jurídicas, financeiras e de privacidade que precisam ser tomadas com rigor e com participação pública, não em despacho interno. O modelo adotado pela União Europeia para biometria em fronteiras aéreas, que levou anos de consulta pública e regulamentação progressiva antes de ser implementado em escala, é a referência que o Brasil deveria estudar com mais atenção do que o prazo que a política atual parece prever.

A biometria nos aeroportos e portos brasileiros vai acontecer. A tecnologia está disponível, os pilotos validaram a viabilidade e a demanda por processos mais ágeis é real. O que a política desta semana precisa garantir é que quando acontecer em escala, seja com regras claras sobre obrigatoriedade, financiamento justo para as concessionárias, proteção efetiva dos dados dos usuários e alternativas dignas para quem não se encaixa no modelo padrão. Esses não são obstáculos à modernização. Essas são as condições para que ela seja feita sem criar problemas maiores do que os que resolve.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
9 Portos e aeroportos terão padrão nacional para identificação biométrica

- EDITORIAL
2 Biometria nos portos e aeroportos: uma política setorial com lacunas
INSIGHT
3 “Por que um porto brasileiro decidiu estar em Xangai”, por Ricardo Arten
HUB
4 Porto de Santos (SP) sobe no ranking mundial de movimentação de contêineres
POLÍTICA
4 Análise da ‘taxa das blusinhas’ será nesta terça
6 Orçamento de 2027 projeta superávit primário de R\$ 18,6 bi
7 Ministro do Planejamento diz que ajuste fiscal sairá de gatilhos
8 Dias Toffoli suspende campanha digital e repasses a Renan Santos
TRANSPORTES | PORTOS
10 APS contesta modelo de concessão do canal de Santos
TRANSPORTES | AVIAÇÃO
11 Latam investirá mais de US\$ 25 mi para ampliar Wi-Fi em aeronaves
Demanda global por carga aérea cresce 3,9% em julho
LOGÍSTICA
12 Governo prevê aporte de R\$ 6 bilhões nos Correios em 2027
BRASIL EXPORT
13 Sul Export debate competitividade e custos logísticos na região
PETRÓLEO E GÁS
14 Cade aprova arrendamento do Terminal Gás Sul pela J&F
ANP estende prazo de consulta pública
15 Justiça decreta falência das empresas do Grupo Refit
ANP fiscaliza preços em 127 pontos
MINERAÇÃO
16 Projeto Autazes mira 2,4 milhões de toneladas de potássio por ano
Ouro recua mais de 1% com alta do petróleo e juros nos EUA
ENERGIA | OPINIÃO
17 “Amazônia: conservar a floresta também é garantir energia”, por Augusto Cesar Barreto Rocha
INDÚSTRIA
18 Papel e celulose mantém expansão apesar da queda nas exportações
AGROBUSINESS
19 CNA lança assistente de IA para produtores rurais no WhatsApp
COMÉRCIO EXTERIOR
20 Brasil diz aos EUA que tarifaço é discriminatório e pede diálogo
Trump usa lei de 1930 contra o Canadá
FINANÇAS
21 Dólar cai na abertura da semana, mas fecha o mês em alta de 2,16%
Bolsa sobe 1%, aos 177,4 mil pontos
COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO
22 “A sua carreira depende mais do mundo do que você imagina”, por Clara Laface
JUSTIÇA
23 Bruno Dantas encerra ciclo no TCU e abre disputa pela sucessão
INTERNACIONAL
24 Milei dá aumento para militares em meio à crise de contrabando
Lago Ontário é da “América” no Google



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor |Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br



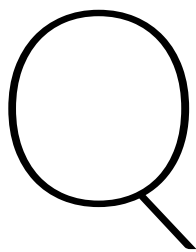


RICARDO ARTÉN
CEO do Porto Itapoá

opinioao@portalbenews.com.br

► GESTÃO

Por que um porto brasileiro decidiu estar em Xangai



Quando falamos sobre a competitividade de um porto, é natural pensar primeiro em infraestrutura. Profundidade do canal, capacidade de movimentação, equipamentos, acessos terrestres, tecnologia e eficiência operacional são fatores fundamentais. E continuarão sendo. Mas o comércio internacional mudou, e a competitividade também depende de algo que acontece muito além dos limites físicos de um terminal.

Depende da capacidade de entender os mercados, acompanhar mudanças e estar próximo de onde as decisões são tomadas.

Foi a partir dessa visão que o Porto Itapoá decidiu abrir seu primeiro escritório internacional em Xangai, na China. Pode parecer uma distância considerável. Mas a relação comercial entre Brasil e China e o papel desse mercado nas nossas operações mostram que a decisão faz sentido.

No primeiro semestre de 2026, 49,4% das importações movimentadas pelo Porto Itapoá tiveram a China como origem. Nas exportações, 17,9% das cargas tiveram o país asiático como destino.

Não estamos falando, portanto, de um mercado distante da nossa realidade. A China já está presente nas operações do Porto Itapoá e nas cadeias de empresas brasileiras que importam produtos, equipamentos e componentes ou exportam sua produção para o mercado asiático.

Nas exportações destinadas à China, essa relação também revela características importantes da economia brasileira. Mais de 90% das cargas embarcadas pelo Porto Itapoá com destino ao país no primeiro semestre deste ano estavam ligadas às cadeias agroindustriais e florestais. Papel e celulose e carnes refrigeradas e congeladas representaram a maior parte desses volumes, acompanhados por algodão e madeira.

Esses números ajudam a explicar por que decidimos estar em Xangai. Mas não contam toda a história.

Um porto está no meio de uma cadeia muito mais ampla. A carga que movimentamos é resultado de decisões tomadas por indústrias, produtores, importadores, exportadores, tradings, armadores e operadores logísticos. Muitas dessas decisões acontecem muito antes de um contêiner chegar ao cais.

Uma fábrica pode ampliar sua produção. Uma empresa pode encontrar um novo fornecedor. Um grupo pode avaliar a abertura de uma operação no Brasil. Um armador pode alterar um serviço marítimo. Uma mudança no comportamento do consumidor pode criar uma nova demanda. Tudo isso pode se transformar em uma nova rota, um novo fluxo de carga ou uma necessidade diferente de infraestrutura.

Quando estamos apenas no destino, muitas vezes tomamos conhecimento desses movimentos depois que eles já começaram a produzir efeitos. Estar na origem nos dá a oportunidade de acompanhar mais de perto o que está acontecendo.

Esse é um dos principais motivos que nos levaram a Xangai.

Xangai é um dos principais centros econômicos e logísticos da China e abriga o maior porto de contêineres do mundo. A região concentra indústrias, empresas de comércio exterior, armadores e operadores logísticos ligados às cadeias globais de produção e distribuição.

Nosso objetivo não é simplesmente ter uma placa com o nome do Porto Itapoá em outro país. Queremos estar presentes, conversar, ouvir e compreender melhor o mercado. Fortalecer relacionamentos com empresas que já utilizam o nosso Terminal, criar conexões com novos clientes e parceiros e acompanhar oportunidades que possam gerar novos fluxos de comércio.

A presença física faz diferença nesse processo. No comércio internacional, relações continuam sendo construídas entre pessoas. Uma reunião, uma conversa e o acompanhamento constante de um parceiro podem trazer informações e abrir portas que dificilmente surgem apenas por meio de uma relação à distância.

Isso não significa prever tudo o que acontecerá no mercado. O comércio global é complexo e sujeito a mudanças. Mas estar próximo permite compreender melhor determinados movimentos e identificar oportunidades que talvez não fossem percebidas da mesma forma a milhares de quilômetros de distância.

Para um porto, essa capacidade de acompanhar o mercado também é uma forma de inteligência.

Continuaremos investindo em infraestrutura, tecnologia e eficiência operacional. Esse é o nosso dever como terminal portuário e uma condição indispensável para atender ao crescimento do comércio exterior brasileiro. Mas acreditamos que o porto do futuro também precisa olhar para fora de seus portões.

Não basta esperar que a carga chegue. É preciso entender onde ela está sendo produzida, quais mercados estão demandando novos produtos, onde estão surgindo investimentos e como as cadeias de suprimentos estão se reorganizando.

O escritório em Xangai nasce com essa missão. Será uma estrutura comercial e de relacionamento, mas, acima de tudo, uma ponte entre mercados: entre empresas asiáticas e brasileiras, entre oportunidades identificadas na origem e empresas capazes de atendê-las no Brasil, entre quem produz, quem compra, quem transporta e quem movimenta essas cargas.

A iniciativa conta com o apoio do Governo de Santa Catarina, por meio da InvestSC, e dialoga com a forte vocação internacional do nosso estado. Santa Catarina tem uma economia diversificada e conectada ao comércio exterior, e os portos têm papel fundamental nessa conexão.

Em 2026, o Porto Itapoá completa 15 anos de operação. A abertura do nosso primeiro escritório internacional representa uma nova etapa dessa trajetória. Ao longo desses anos, crescemos investindo para ampliar nossa capacidade e acompanhando a evolução das demandas dos clientes. Agora, damos um passo além dos limites físicos do Terminal.

Decidimos estar em Xangai porque acreditamos que, para participar das transformações do comércio internacional, é preciso estar próximo de onde elas começam.

A distância entre Santa Catarina e a China continuará sendo de milhares de quilômetros. Mas, comercialmente, ela pode ser menor quando existem presença e relacionamento.

É isso que fomos buscar em Xangai.

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnews.com.br

Contêineres: Santos em ascensão

O Porto de Santos (SP) subiu uma posição no ranking mundial de movimentação de contêineres, indo da 37ª para 36ª posição. O levantamento, denominado One Hundred Container Ports 2026, foi realizado pela tradicional publicação britânica Lloyd's List e divulgado nos últimos dias, tendo como base os resultados registrados pelos complexos marítimos no ano passado. O cais santista fechou 2025 com 5,91 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), uma alta de 7,8% em relação os 5,48 milhões de TEU de 2024.

O único brasileiro e o primeiro latino-americano

Na relação do Lloyd's List, Santos é o único porto brasileiro entre os 100 melhores colocados. Ocupa a segunda posição no Hemisfério Sul, vindo após Tanjung Priok (Indonésia, 28º na lista global). No continente americano, está em quarto lugar, atrás de Los Angeles (EUA, 18º na lista global), Long Beach (EUA, 21º) e Nova York e Nova Jersey (EUA, 23º). E é o primeiro entre os latino-americanos - em segundo lugar, está Colón, Panamá, 38º - e, conseqüentemente, entre os sul-americanos - nesse caso, a vice-liderança fica com Callao, no Peru, em 69º.

Domínio asiático

No Top Ten do levantamento internacional, ocupado totalmente por complexos asiáticos, o primeiro lugar ficou novamente com Xangai (China). Os portos chineses, aliás, ocupam seis dessas dez posições.

Nova unidade da Latam

A companhia aérea Latam escolheu o Aeroporto Internacional de Curitiba (Afonso Pena), localizado em São José dos Pinhais (PR), para sediar seu novo centro de manutenção de aeronaves. O anúncio foi oficializado pelo governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD-PR), em cerimônia com executivos da companhia aérea nessa segunda-feira, dia 31. O projeto marca a primeira grande instalação de engenharia pesada da empresa fora do estado de São Paulo, onde o grupo concentra suas operações de oficina nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e no centro de manutenção de São Carlos.

Demand definida

A nova estrutura será dedicada ao atendimento e à revisão técnica da frota de jatos Embraer E195-E2 recentemente incorporados pela Latam. A escolha da capital paranaense funciona como suporte logístico e operacional para a malha regional que a companhia passa a operar a partir do estado.

Análise da 'taxa das blusinhas' será nesta terça

Governo sugere avaliação semestral sobre os impactos econômicos do fim do imposto na indústria nacional

Edilson Rodrigues / Agência Senado



O presidente da comissão mista sobre a "taxa das blusinhas", Reginaldo Lopes (PT-MG), e a relatora Leila Barros estão otimistas por votação nesta terça

Estadão Conteúdo

O presidente da comissão mista sobre a "taxa das blusinhas", deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), adiou a sessão que estava marcada para esta segunda-feira, 31, e comunicou o novo agendamento para esta terça-feira, 1º, às 10h. Na ocasião, a senadora Leila Barros (PD-T-MG), relatora da "MP das blusinhas", deve apresentar o seu parecer com o texto a ser submetido a votação.

A jornalista, Reginaldo reiterou a proposta do governo de estabelecer uma avaliação semestral pelo Ministério da Fazenda sobre os impactos econômicos do fim da "taxa das blusinhas" na indústria nacional. A ideia tenta acalmar setores empresariais que se dizem prejudicados pela isenção fiscal a compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras.

Segundo o deputado, se a Fazenda observar efei-

tos econômicos negativos significativos na indústria nacional, fica comprometida a apresentar um projeto com medidas de mitigação. "Independentemente da decisão da Fazenda, é necessário, a depender do conteúdo, que isso seja aprovado no Parlamento brasileiro", declarou o petista.

Leila e Reginaldo afirmaram que levaram ao governo as preocupações dos setores empresariais com o fim do tributo sobre as compras internacionais. "A Fazenda vai apresentar para nós um texto para viabilizar a questão da reavaliação", disse Leila. Segundo ela, o governo vê como razoável criar uma avaliação inicial de três meses e depois realizá-la a cada semestre.

De acordo com Reginaldo, serão avaliados, por exemplo, os impactos econômicos do fim da "taxa das blusinhas" na indústria nacional, na empregabilidade e na presença no mercado. "Se isso for fortemente afetado, a Fazenda se compromete a mandar um projeto para a Câmara do ponto de vista de mitigação dos impactos econômicos", declarou o

presidente da comissão. O petista disse compreender a isenção do imposto, mas defendeu uma indústria nacional "forte".

Expectativa

O presidente da comissão especial disse que o adiamento vai permitir que os presidentes do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), conheçam melhor o texto. Haveria uma reunião entre o presidente e a relatora da comissão com Alcolumbre e Motta na noite desta segunda.

"Nós temos prazo. Amanhã (terça), 10h. Se tiver pedido de vista, eu posso conceder vista de uma até 24 horas", declarou Reginaldo. Segundo o deputado, o texto já está pronto.

A expectativa, segundo ele, é de que a votação ocorra na comissão durante a manhã desta terça. Em seguida, durante a tarde, a Câmara dos Deputados deve apreciar o texto. O Senado Federal realiza a votação na quarta-feira, 2, de acordo com ele.

CALENDÁRIO BRASIL EXPORT 2026

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO



5 DE MARÇO Pernambuco Export
Recife, PE



28 E 29 MAIO Santos Export
Guarujá, SP



19 E 20 MARÇO Norte Export
Manaus, AM



8 E 9 JUNHO Nordeste Export
Maceió, AL



9 E 10 ABRIL Bahia Export
Salvador, BA



23 E 24 JULHO Centro-Oeste Export
Rio Verde, GO



13 ABRIL Brasil Tech Export
São Paulo, SP



13 E 14 AGOSTO Sudeste Export
Vitória, ES



23 ABRIL Meeting Brasil-Japão
São Paulo, SP

17 E 18 SETEMBRO Sul Export
Foz do Iguaçu, PR

**PRÓXIMO
EVENTO**



27 E 28 ABRIL Rio de Janeiro Export
Rio de Janeiro, RJ

6 A 8 OUTUBRO Fórum Nacional Brasil Export
Infraestrutura | Minas e Energia
Brasília, DF



14 E 15 MAIO Mercosul Export
Buenos Aires,
Argentina



1 A 6 NOVEMBRO Missão Internacional
do Brasil Export
Japão



Discutindo ideias e apontando caminhos, no Brasil e no mundo.

www.forumbrasilexport.com.br

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

POLÍTICA

Orçamento de 2027 projeta superávit primário de R\$ 18,6 bi

Se o resultado se tornar realidade, será o primeiro número positivo nas contas do governo federal em cinco anos

Estadão Conteúdo

O governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apresentou nesta segunda-feira, 31, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027, o primeiro a ser executado no próximo mandato presidencial, com a previsão de um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões nas contas públicas, mesmo contabilizando todas as despesas que podem, legalmente, ficar de fora da meta fiscal.

Se o resultado se tornar realidade, será o primeiro número positivo nas contas do governo federal em cinco anos. O último foi em 2022, durante mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - que teve um superávit de R\$ 54,1 bilhões, mas postergando o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União).

A meta para o ano que vem é um superávit de R\$ 73,2 bilhões - ou 0,5% do PIB -, mas o governo é autorizado a excluir do cálculo R\$ 65,6 bilhões em despesas - como precatórios e alguns gastos com Defesa - para atingir o resultado.

Considerando as exceções, o governo promete cumprir o objetivo com uma folga de R\$ 10,1 bilhões em relação ao centro da meta.

A ideia de uma meta formal, com as exclusões previstas em lei, e outro resultado real, contabilizando tudo, tem sido criticada por especialistas por deixar mais confusa a leitura do Orçamento e por enfraquecer o indicador de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

O esforço da equipe econômica para mostrar um número "azul" em 2027, ainda que na peça orçamentária, acontece em meio a

desconfianças por parte do mercado financeiro e de especialistas de que um eventual quarto mandato de Lula consiga reequilibrar as contas públicas.

Tamanho da dívida

Nesta segunda-feira, 31, o Banco Central informou que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que inclui governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu 82,5% do PIB, o maior patamar, excluindo o período da pandemia de covid-19. Ainda assim, em sabatina na TV Globo, o presidente Lula afirmou "não estar preocupado" com a dívida.

Após o envio do Orçamento, o texto ainda será apreciado pelo Congresso Nacional, que também precisa voltar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. Enquanto a LDO estabelece as diretrizes da peça orçamentária, como as metas para o ano, o Orçamento estima e detalha as receitas e despesas para se chegar ao resultado.

No último ano, o governo enviou o Orçamento de 2026 com uma previsão de superávit de R\$ 34,5 bilhões, mas, hoje, projeta um déficit real de R\$ 52 bilhões neste ano. Ou seja, entre o projeto orçamentário e a execução das despesas, o resultado piorou.

Para os próximos anos, o governo prevê aumentar a meta de resultado primário, para 1% do PIB em 2028, 1,25% do PIB em 2029, chegando a 1,5% em 2030. Especialistas entendem que o governo terá de apresentar um plano sólido de ajuste fiscal ou será obrigado a revisar para baixo esses números.

A equipe econômica, por seu lado, aposta na aprovação de gatilhos e novas medidas que deem mais flexibilidade orçamentária para atingir os resultados.

O salário mínimo em 2027 será de R\$ 1.741, segundo a peça orçamentária do governo.

Ricardo Stuckert



O esforço da equipe econômica de Lula é mostrar um número "azul" em 2027, em meio a desconfianças por parte do mercado financeiro e de especialistas

Bolsa Família não tem previsão de reajuste

Agência Brasil

A proposta de Orçamento para 2027 não prevê reajuste nos valores do Bolsa Família. O projeto reserva R\$ 157,1 bilhões para o programa social, valor inferior aos R\$ 158,6 bilhões previstos para 2026 e aos

R\$ 167,2 bilhões destinados em 2025.

Com a proposta, o benefício mínimo permanece em R\$ 600 por família. O congelamento ocorre em meio ao esforço da equipe econômica para conter o crescimento das despesas obrigatórias e transfere ao Congresso a discussão sobre uma eventual correção dos valores durante a tramitação do Orçamento.

A legislação do progra-

ma prevê que os valores podem ser corrigidos em um intervalo de até dois anos. Na interpretação do governo, porém, a regra autoriza a revisão, mas não determina que ela seja obrigatória.

Além do benefício mínimo de R\$ 600, o programa prevê pagamentos adicionais conforme a composição da família. Existem benefícios extras de R\$ 150 por criança de

até 6 anos, de R\$ 50 por gestante, de R\$ 50 por jovem de 7 a 18 anos incompletos e de R\$ 50 por bebê de até 6 meses.

Servidores

A estimativa de déficit primário em R\$ 52 bilhões em 2026 fez o governo federal propor, em 2027, um gatilho para o crescimento das despesas com servidores públicos. Os pagamentos

não poderão crescer 0,6% acima da inflação.

Instituído pelo Artigo 6 do arcabouço fiscal, o mecanismo é acionado quando o governo registra déficit primário, resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública. Como houve resultado negativo em 2025 e há previsão de novo déficit em 2026, a limitação deverá valer para 2027.

Ministro do Planejamento diz que ajuste fiscal sairá de gatilhos

Bruno Moretti explicou que o governo pretende fazer o que for preciso para cumprir a trajetória de consolidação fiscal, incluindo revisões de despesas

Edilson Rodrigues / Agência Senado

Estadão Conteúdo

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou nesta segunda-feira, 31, que o governo tomará as medidas necessárias para cumprir a trajetória de consolidação fiscal, incluindo revisões de despesas, gatilhos e sublimites, mas indicou que mudanças mais estruturais na política de valorização do salário mínimo não estão em discussão.

“Vamos demonstrar os instrumentos que garantem a redução da despesa obrigatória. Não se trata muito de grandes medidas versus medidas de gestão, se trata de entregar as medidas necessárias para que a gente possa fazer esse processo de consolidação fiscal - sejam gatilhos, sejam sublimites que nós estabelecemos, sejam limitações das vinculações, sejam revisões das regras orçamentárias necessárias para garantir esse ajuste. Mas ele será implementado conforme previsto no projeto de lei de diretrizes orçamentárias”, afirmou em evento do BTG Pactual.

Segundo Moretti, o governo já possui instrumentos suficientes para avançar no ajuste das contas públicas e deverá apresentar novas medidas conforme necessário para garantir a trajetória prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O ministro defendeu que o ponto central é desacelerar o crescimento das despesas obrigatórias. “O crucial é desacelerar as despesas obrigatórias, nós vamos demonstrar os instrumentos que garantem a redução da despesa obrigatória”, disse.

Moretti afirmou ainda



Bruno Moretti disse que mudanças mais estruturais na política de valorização do salário mínimo não estão em discussão

que o conjunto de medidas adotadas no pacote de revisão fiscal representa uma economia de aproximadamente R\$ 80 bilhões em despesas obrigatórias no Orçamento de 2027. Somadas a medidas mais recentes, as economias chegariam a cerca de R\$ 100 bilhões, segundo o ministro.

Consolidação fiscal

Na avaliação de Moretti, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sabe que será necessário acelerar o processo de consolidação fiscal em um eventual novo mandato. “O modelo decisivo do presidente é muito claro. Ele sabe que no próximo mandato precisa acelerar esse processo de consolidação fiscal, o que é decisivo”, afirmou.

Ao mesmo tempo, Moretti disse que a orientação de Lula é buscar o equilíbrio das contas públicas sem transferir o custo do ajuste para a população mais pobre. “O principal para o presidente é equi-

brar”, afirmou.

Segundo o ministro, Lula deseja conciliar o equilíbrio fiscal com a manutenção das políticas destinadas aos mais vulneráveis. Moretti reiterou que o Orçamento de 2027 deverá apresentar resultado primário positivo.

Desindexação

No mesmo evento, Bruno Moretti disse que a discussão sobre a desindexação “não está na ordem do dia”, mas reforçou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva almeja uma “processo de consolidação fiscal” acima de dois pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). Durante o BTG Macroday 2026, ele foi questionado sobre a indexação das dos benefícios previdenciários ao valor do salário mínimo.

“A discussão da desindexação não está na ordem do dia. Agora, novamente, o presidente encaminhou para o Congresso Nacional um projeto de lei de diretrizes orçamentárias que prevê

um ajuste ao longo de um eventual mandato, um processo de consolidação fiscal de mais dois pontos de PIB”, declarou o ministro.

Além de argumentar que o governo não precisará de projeto de lei adicional para aumentar receita, o ministro ponderou que o Executivo já possui mecanismos legais para fazer tais ajustes. Ele reforçou ainda que, no médio prazo, outras medidas de controle de gastos podem ser discutidas. “O importante é entregar o que está previsto”, acrescentou.

O PLOA do próximo ano prevê despesas de R\$ 1,169 trilhão com benefícios previdenciários em 2027, ante R\$1,205 trilhão previstos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) do próximo ano.

A proposta orçamentária ainda prevê investimentos de R\$ 133,8 bilhões no próximo ano. O novo arcabouço fiscal prevê um piso para os investimentos de 0,6% do PIB estimado para 2027 - o equivalente a R\$ 88,7 bilhões.

Contingenciamento

Os gatilhos relativos a despesas de pessoal, a despesas de saúde e a vinculações legais vão ficar limitadas ao arcabouço fiscal. Isso abrangerá diversas áreas, segundo o ministro, como segurança pública e ciência e tecnologia. A ideia é ter uma base maior de discricionária. Foi também reforçado que, caso necessário, o contingenciamento orçamentário será feito no ano que vem.

“Essa é a nossa visão, resultado primário positivo, desaceleração da despesa obrigatória, vários instrumentos funcionando para garantir essa desaceleração”, declarou Moretti.

Ele também disse que o ajuste fiscal no terceiro mandato de Lula foi de 2 pontos percentuais do PIB e a perspectiva para 2027 é 0,5 ponto percentual do PIB. Com isso, no fim de um eventual quarto mandato, haveria aproximadamente 2 pontos percentuais adicionais em ajuste nas contas públicas.

POLÍTICA

Dias Toffoli suspende campanha digital e repasses a Renan Santos

Decisão do ministro do TSE foi tomada no processo que trata de irregularidades no registro da candidatura à presidência. Não há proibição à realização de campanha nas ruas

Estadão Conteúdo

O ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), suspendeu a realização de propaganda eleitoral na internet de Renan Santos, o candidato do Missão à presidência da República, bem como sustou repasses do Fundo Eleitoral à campanha, a realização de gastos com eventuais recursos já repassados e o direito de

participar de debates em rádios, televisão, podcasts ou outros meios de comunicação.

As proibições se estendem também ao vice na chapa, Aroldo Medina. Não há proibição à realização de campanha nas ruas. A decisão foi tomada no processo que trata de eventuais irregularidades no registro de candidatura de Renan. Ao fim das apurações, ele corre o risco de perder o registro e ficar fora da disputa.

Segundo o Toffoli, Renan deixou de comunicar no tempo indicado por lei todas as contas que man-

tém em redes sociais. Essas informações devem ser prestadas no momento do registro, ou um dia após a criação de novos canais.

“A própria omissão de dados é indício de fraude à lei”, escreveu o ministro. Segundo a decisão, 16 perfis em redes sociais foram informados 12 dias após o requerimento do registro da candidatura.

“Em simples consulta ao primeiro deles, que conta com 2,4 milhões de seguidores, constatei que o perfil veicula propaganda eleitoral, atrai recomendações de outros candidatos (que,

portanto, igualmente não informaram os endereços à Justiça Eleitoral) e está sendo recomendado por esses candidatos”, escreveu Toffoli.

“A omissão das informações devidas não é apenas uma falha formal no registro de candidatura, mas quebra de isonomia e risco de cometimento de ilícitos ainda mais graves”, diz a decisão. “O candidato estava previamente ciente de que deveria informar os endereços e de que somente poderia utilizá-los na campanha após 48 horas de seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral. Violou frontalmente a obri-

gação”, conclui.

Notificação

O ministro notificou os provedores de internet para adotarem providências para preservar os conteúdos postados a partir de 7 de agosto. Também ordenou que, em até seis horas, “procedam à suspensão dos perfis e à sua exclusão dos sistemas de recomendação, sob pena de multa de R\$ 10 mil por hora por perfil”.

O ministro também ordenou que os provedores forneçam em 24 horas dados sobre postagens, impulsionamentos, recomendações e anúncios realizados nos perfis a partir de 7 de agosto. Em caso de descumprimento da ordem, a multa é de R\$ 50 mil por dia.

Por fim, o ministro determinou que o candidato e o partido informem a data de criação de cada perfil e de início da utilização para fins de propaganda eleitoral, reportem a existência de quaisquer outros endereços eletrônicos de sites, blogs, redes sociais ou grupo de mensagens instantâneas.

A defesa de Renan também terá de explicar a violação à regra eleitoral no mesmo prazo. A depender da explicação, Renan ficará sujeito ao indeferimento do registro de candidatura.



Reprodução / X

Renan Santos (foto) deixou de comunicar no tempo indicado por lei todas as contas que mantém em redes sociais, segundo Toffoli

Advogados não acreditam em indeferimento

Especialistas em Direito Eleitoral ouvidos pela Broadcast/Estadão (Sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) avaliam ser difícil que a candidatura de Renan Santos (Missão) seja indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na avaliação dos advogados eleitorais, a questão é saber se o TSE entenderá o caso como uma irregularidade

de formal e sanável ou como uma omissão deliberada destinada a obter vantagem eleitoral ou dificultar a fiscalização da Justiça Eleitoral.

Para o secretário-geral da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF, João Pedra, o fato de o candidato não ter informado à Justiça Eleitoral seus perfis nas redes sociais configura um “vício sanável”. Ele avalia

que a suspensão de atos da campanha de Renan Santos deve ser revertida pela Corte em breve.

“Ainda que tenha ocorrido uma omissão, pode ter sido involuntária, não proposital e de boa-fé. Considero que, depois da efetiva regularização e da inclusão dessas páginas no registro de candidatura, essa decisão deverá ser reformada

em breve”, diz o especialista.

Para Pedra, caso a candidatura de Renan Santos seja indeferida, a Corte Eleitoral abriria um “precedente temerário”.

“A partir do momento em que você indefere o registro de candidatura, você impacta, inclusive, no exercício da capacidade eleitoral passiva daquele candidato. Para mim, é um perigo você

deixar de ser candidato porque não indicou algumas das suas redes sociais”, afirma.

O advogado eleitoral Juarez da Silva diz que existe juridicamente a possibilidade de o TSE indeferir o registro da candidatura de Renan Santos, mas destaca que isso não seria uma consequência automática da omissão dos perfis nas redes sociais.

Portos e aeroportos terão padrão nacional para identificação biométrica

Governo cria diretrizes para automatizar controles de acesso e integrar sistemas, com respeito às regras de proteção de dados

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos instituiu nesta segunda-feira (31) a Política Nacional Setorial de Identificação Biométrica, que estabelece diretrizes para ampliar e padronizar o uso de reconhecimento facial e outras formas de identificação biométrica em aeroportos, portos, instalações portuárias e hidrovias.

A medida prevê a substituição gradual de procedimentos manuais por sistemas automatizados de identificação de passageiros, tripulantes, trabalhadores, prestadores de serviço e demais profissionais credenciados. A proposta inclui integração entre sistemas e bases públicas e definição de padrões comuns de segurança e interoperabilidade.

Nos aeroportos, a biometria poderá ser utilizada em diferentes etapas da viagem, desde o acesso às áreas de embarque até a entrada na aeronave. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ficará responsável pela regulamentação do modelo e ainda deverá definir as condições para adoção da tecnologia pelas concessionárias.

Durante cerimônia realizada em Brasília para o lançamento da política, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que a medida busca elevar o nível de segurança e simplificar procedimentos.

“A biometria eleva o pa-



“Estamos reduzindo burocracias e tornando os serviços mais eficientes, com o cidadão no centro das decisões”, disse o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, em Brasília

drão de segurança e melhorar a experiência do usuário. Estamos reduzindo burocracias e tornando os serviços mais eficientes, com o cidadão no centro das decisões”, afirmou.

Atualmente, o reconhecimento facial já é utilizado de forma experimental em alguns terminais. Viracopos, em Campinas (SP), e o Galeão, no Rio de Janeiro, estão entre os aeroportos que realizam testes. O Aeroporto Internacional de Guarulhos também avalia iniciar experiências com a tecnologia.

A próxima etapa da política será conduzida pela Anac em parceria com Viracopos. Antes disso, uma prova de conceito foi realizada no Porto de Santos, onde foram testadas a integração entre sistemas e a eficiência das tecnologias em um ambiente com grande circulação de pessoas.

A política também alcança portos e hidrovias, com previsão de uso da biometria no controle de acesso de trabalhadores, passageiros de cruzeiros e usuários do transporte hidroviário. Em Santos, já existe um projeto-piloto de identificação biométrica.

Bases de dados

A identificação poderá utilizar bases públicas, entre elas cadastros da Polícia Federal, Receita Federal, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Também estão em avaliação dados de passaportes e da Carteira de Identidade Nacional (CIN), após questionamentos do setor sobre o custo de implantação dos sistemas para as concessionárias aeroportuárias. Passageiros que não estejam disponíveis nas bases ha-

bilitadas poderão precisar realizar cadastro no próprio aeroporto.

O modelo ainda depende de regulamentação da Anac, que deverá definir requisitos técnicos, bases que poderão ser utilizadas e condições para implementação. Também poderão ser previstos mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão em razão dos investimentos necessários.

Ainda não está definido se o reconhecimento facial será obrigatório nos aeroportos ou se sua adoção será recomendada às concessionárias.

Proteção de dados

Segundo a política, o tratamento das informações deverá seguir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Neutralidade tecnológica

Outro princípio previsto é o da neutralidade tecnológica. O governo não deverá adotar uma solução específica de mercado, mas estabelecer requisitos de desempenho, segurança e interoperabilidade que possam ser atendidos por diferentes fornecedores e tecnologias.

A política também determina que sejam oferecidas alternativas de identificação para usuários que não possam utilizar métodos biométricos.

A implantação será coordenada por um Comitê Técnico Interinstitucional de Identificação Biométrica, com representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, Anac, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Polícia Federal e entidades do setor produtivo. O grupo deverá apresentar, em até 90 dias após a publicação da portaria, planos de implementação e cronogramas específicos para cada modal.

A assinatura da política estava inicialmente prevista para julho, mas passou por ajustes técnicos para incorporar portos e hidrovias. Também houve alinhamento com o TSE em relação às regras aplicáveis ao período eleitoral.

Na mesma cerimônia, o ministério instituiu uma equipe permanente de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos. A estrutura deverá atuar em conjunto com o Ministério dos Transportes e órgãos federais de segurança cibernética na proteção dos sistemas e no atendimento a eventuais incidentes tecnológicos.

TRANSPORTES | Portos

APS contesta modelo de concessão do canal de Santos

Autoridade Portuária defende PPP administrativa e critica divisão de competências prevista nos estudos do BNDES

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A modelagem proposta para a concessão do canal aquaviário do Porto de Santos (SP) é alvo de divergências na comunidade portuária e, especialmente, da Autoridade Portuária de Santos (APS), que administra o complexo. Segundo o presidente da companhia, Anderson Pomini, a APS defende uma PPP (Parceria Público-Privada) administrativa, em contraposição ao modelo de concessão atualmente proposto nos estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesta terça-feira (1º), o projeto passará pela primeira audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília. Na ocasião, a própria APS, demais instituições e representan-

“
COM TODO
RESPEITO
A BRASÍLIA E
AOS ÓRGÃOS
QUE CRIAMOS,
É PRECISO QUE
O COMPLEXO
ENTENDA O
NECESSÁRIO
ANTES DE
DEBATERMOS
OS DETALHES
TÉCNICOS”

ANDERSON POMINI
presidente da APS

tes da comunidade portuária poderão apresentar contribuições e justificativas para o aprimoramento do projeto.

A atual modelagem, proposta com base nos estudos técnicos do BNDES, está em fase de consulta pública pela agência reguladora. Para o presidente da APS, a proposta apresenta problemas relacionados principalmente à fragmentação da governança, à neutralidade da administração e à divisão das competências entre a Autoridade Portuária e o futuro concessionário.

“O Porto de Santos é tão estratégico que nós entendemos que alguns serviços essenciais não poderão ficar sob competência do privado, permanecendo sob a gestão da Autoridade Portuária. Por mais que se tente prever esse arranjo de que o futuro concessionário tenha neutralidade em relação aos arrendatários, isso não existe. Um ente privado lidando com uma fila de 120

navios é óbvio que teremos uma interferência, e isso é uma preocupação que nós temos”, declarou.

Segundo Pomini, a atual gestão do Porto de Santos defende um modelo de PPP administrativa. Nesse desenho, a APS continuaria arrecadando as tarifas portuárias e utilizaria os recursos para remunerar o futuro concessionário privado responsável pelos serviços previstos contratualmente. “Nessa hipótese, o porto teria condições de oferecer segurança jurídica, previsibilidade, mantendo suas competências para regulação. E o porto paga, o porto estabelece a política tarifária”, resumiu.

Investimentos e governança

O presidente da APS também demonstrou preocupação com possíveis conflitos de competência relacionados aos investimentos no complexo portuário. Segun-

do ele, desde a elaboração inicial dos estudos para o modelo de concessão, o Porto de Santos passou por mudanças que não estariam integralmente contempladas na modelagem.

Entre elas estão a ampliação da poligonal do porto, projetos de derrocagem no canal, a contratação do aprofundamento do canal para 16 metros e a implantação do sistema de gerenciamento do tráfego de embarcações (VTMIS). “Chamo atenção que as mudanças são tantas e necessárias que dificilmente vamos conseguir salvar esse modelo. O ponto mais crítico é justamente o modelo. Se incluirmos essas exigências, aí sim teremos condições de avançar”, afirmou.

Segundo o presidente da APS, a capacidade financeira da Autoridade Portuária também deve ser considerada na definição do modelo. Ele argumenta que a concessão integral faria mais sentido caso o poder público não tivesse condições financeiras ou administrativas para contratar os serviços necessários.

Para Pomini, as necessidades do próprio Porto de Santos devem ocupar posição central na definição do projeto antes da definição sobre a participação privada. “Quem tem que debater, pautar e ser protagonista do modelo para concessão é o complexo portuário santista. Com todo respeito a Brasília e aos órgãos que criamos, é preciso que o complexo entenda o necessário antes de debatermos os detalhes técnicos. É o complexo que tem que responder o que é necessário. Se isso não acontecer, o projeto tende a fracassar”, completou.



O presidente da APS, Anderson Pomini, também demonstrou preocupação com possíveis conflitos de competência relacionados aos investimentos no complexo portuário santista

TRANSPORTES | Aviação

Latam investirá mais de US\$ 25 mi para ampliar Wi-Fi em aeronaves

Mais de 60 novas aeronaves Airbus e Embraer receberão tecnologia multiórbita para ampliar o acesso à internet durante os voos

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Latam investirá mais de US\$ 25 milhões para ampliar a oferta de internet a bordo em mais de 60 novas aeronaves Airbus e Embraer. Os aviões receberão tecnologia de conectividade via satélite multiórbita da SES, com o objetivo de oferecer aos passageiros uma conexão mais rápida, estável e com maior cobertura durante os voos.

A solução será instalada em aeronaves dos modelos Airbus A320neo, A321XLR e Embraer E195-E2. A tecnologia multiórbita permite o acesso a satélites posicionados em diferentes órbitas, ampliando a cobertura e contribuindo para a



Divulgação

A tecnologia multiórbita permite o acesso a satélites posicionados em diferentes órbitas, ampliando a cobertura e contribuindo para a estabilidade da conexão durante a operação

estabilidade da conexão durante a operação.

A iniciativa faz parte da estratégia da companhia para ampliar a conectividade da frota e os serviços digitais oferecidos aos passageiros. “Na Latam, estamos comprometidos em tornar cada viagem mais conectada. Ao incorporar conectividade multiórbita de última geração em uma parcela maior da nossa frota, iremos oferecer aos nossos passageiros uma experi-

ência de internet a bordo rápida e confiável”, afirmou Paulo Miranda, vice-presidente de Clientes do Grupo Latam.

A expansão da conectividade dá continuidade à parceria entre Latam e SES, que já dura quase uma década. Atualmente, mais de 200 aeronaves da família Airbus A320 contam com o serviço 2Ku.

Ao todo, a companhia opera mais de 250 aeronaves equipadas com Wi-Fi, mantendo a maior frota

conectada da América Latina, segundo a empresa.

A nova tecnologia deverá ampliar a cobertura da conexão para diferentes rotas e regiões atendidas pela companhia, permitindo que os passageiros permaneçam conectados durante os voos.

Os associados do Latam Pass poderão acessar gratuitamente o serviço de Wi-Fi a bordo. A conexão poderá ser utilizada para comunicação, trabalho e acesso a conteúdos

e serviços digitais durante o voo.

A conectividade também complementa o Latam Play, plataforma de entretenimento da companhia, que reúne mais de 2 mil horas de conteúdo, entre filmes, séries, música, conteúdo infantil e opções de leitura.

A plataforma inclui produções de serviços de streaming como Disney+, HBO Max e Paramount+, além de outros conteúdos disponíveis durante os voos.

Demanda global por carga aérea cresce 3,9% em julho

Avanço superou o aumento da capacidade, de 1,7%, com América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico puxando o resultado

Estadão Conteúdo

A demanda global por transporte de carga aérea aumentou 3,9% em julho de 2026, na comparação com igual mês do ano passado, informou nesta segunda-feira, 31, a Associação

Internacional de Transporte Aéreo (Iata). Já a capacidade global subiu 1,7% no período.

De acordo com a Iata, o avanço da demanda ocorreu em todas as regiões, com as companhias aéreas da Ásia-Pacífico, Europa e América do Norte respondendo por mais de 90% do aumento total.

A entidade também afirmou que aeronaves cargueiras dedicadas ganharam participação de mercado, en-

quanto o tráfego em porões de aeronaves de passageiros diminuiu.

As companhias aéreas da região Ásia-Pacífico registraram um crescimento de 4,1% na demanda por carga aérea em julho, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A capacidade aumentou 3,0%. Na América do Norte houve alta de 4,8% na demanda por carga aérea em julho, em comparação com o mesmo período do ano anteri-

or, o melhor desempenho entre todas as regiões. A capacidade, no entanto, diminuiu 1,5%.

As companhias aéreas europeias registraram aumento de 4,4% na demanda por carga aérea em julho, e a capacidade aumentou 1,3% em relação ao ano anterior. No Oriente Médio, a demanda cresceu 1,7% em julho ante um ano, enquanto a capacidade subiu 4,0% em relação ao ano anterior. Na América Latina e Caribe,

houve aumento de 4,1% na demanda por carga aérea, com a capacidade crescendo 7,0% em relação ao ano anterior.

As companhias aéreas africanas registraram aumento de 1,1% na demanda por carga aérea em julho, em comparação com o mesmo período do ano passado, o pior desempenho entre todas as regiões. A capacidade, por sua vez, aumentou 4,1% em relação ao ano anterior.

LOGÍSTICA

Governo prevê aporte de R\$ 6 bilhões nos Correios em 2027

Recurso será incluído no Orçamento e faz parte das condições do empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado pela estatal com garantia da União

Agência Brasil

O governo federal vai prever um aporte de R\$ 6 bilhões nos Correios em 2027, como parte do acordo de financiamento firmado pela estatal no fim de 2025 e do plano de reestruturação da empresa. O valor será incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, encaminhado ao Congres-

so Nacional nesta segunda-feira (31).

A previsão foi confirmada em nota conjunta dos ministérios das Comunicações, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e do Planejamento e Orçamento. O aporte está relacionado ao empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado pelos Correios com cinco bancos em dezembro de 2025, com garantia do Tesouro Nacional.

Pelo acordo, a União deverá injetar pelo menos R\$ 6 bilhões para apoiar o plano de reequilíbrio da estatal. O recurso precisa

estar disponível até o fim de 2027, mas o governo poderá definir o momento e a forma de liberação. A inclusão no PLOA representa a previsão orçamentária e não significa que o montante será transferido de uma só vez.

No sábado (29), os Correios divulgaram balanço com prejuízo líquido de R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre e de R\$ 5,5 bilhões no primeiro semestre. O resultado trimestral foi 5,5% menor que o registrado no mesmo período de 2025, enquanto o prejuízo acumulado de janeiro

a junho cresceu 30,4% na comparação anual.

Crise financeira

A estatal atravessa uma crise financeira marcada por sucessivos prejuízos, queda nas receitas e aumento das despesas. Em dezembro de 2025, lançou um plano de reestruturação que inclui Programa de Demissão Voluntária (PDV), redução de custos, venda de imóveis ociosos, renegociação de contratos, mudanças na jornada de trabalho, alterações nos planos de saúde, retorno ao trabalho presencial e criação de um marketplace próprio.

Segundo os Correios, as contas vêm sendo pressionadas pela queda das receitas dos serviços postais tradicionais, aumento dos custos operacionais, passivos judiciais, maior concorrência no setor de logística e despesas relacionadas à manutenção da rede necessária ao serviço postal universal.

Dívida e custos

No primeiro semestre, os

Correios encerraram o período sem empréstimos com vencimento no curto prazo, quitaram uma operação considerada mais onerosa e ampliaram o prazo de parte da dívida de 18 para 180 meses. A empresa também negocia uma nova operação de crédito de aproximadamente R\$ 7 bilhões, com aval da União.

Os custos dos serviços somaram R\$ 7,6 bilhões no semestre, 14% abaixo do previsto no orçamento. Os gastos com pessoal recuaram 4,2%, com economia de R\$ 233,7 milhões. O PDV resultou no desligamento de 6.545 empregados, dos quais 2.767 no primeiro semestre.

O empréstimo de R\$12 bilhões foi concedido por Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander. Caso o aporte mínimo de R\$ 6 bilhões não seja realizado, os bancos podem exigir o vencimento antecipado da dívida. Em maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao governo a adoção de medidas para viabilizar o cumprimento da obrigação no prazo previsto.

Principais números

- **R\$ 2,4 bilhões:** prejuízo líquido no segundo trimestre de 2026
- Redução de **5,5%** do prejuízo do segundo trimestre ante o mesmo período de 2025
- **R\$ 5,5 bilhões:** prejuízo acumulado no primeiro semestre
- Alta de **30,4%** do prejuízo semestral em relação a 2025
- **R\$ 7,9 bilhões:** receita no primeiro semestre
- **R\$ 274,5 milhões:** margem bruta no semestre
- Queda de **4,2%** nos gastos com pessoal no semestre
- **R\$ 233,7 milhões:** economia com despesas de pessoal
- **6.545:** empregados desligados pelo PDV, dos quais 2.767 no primeiro semestre
- **R\$ 322 milhões:** economia com a regularização de passivos vencidos
- **R\$ 1,8 bilhão:** dívida bancária quitada antecipadamente
- **R\$ 460,4 milhões:** queda nas receitas do segmento internacional

Belém recebe estrutura voltada a logística e e-commerce

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Os Correios inauguraram em agosto o Complexo de Logística Integrada Telégrafo Sem Fio, em Belém (PA). A estrutura reúne unidades voltadas a armazenagem, distribuição, comércio ele-

trônico e atendimento ao público.

Instalado na Avenida Senador Lemos, o complexo abriga o Centro de Logística Integrada Marituba (CLI Marituba), o Centro de Logística Integrada E-Fulfillment Belém, o Centro de Distribuição Domiciliária (CDD) Belém e a Agência Telégrafo Sem Fio.

O CLI Marituba é destinado à operação do Correios Log Supri, serviço de

gestão e distribuição de suprimentos para órgãos públicos e empresas privadas. A unidade possui aproximadamente 7 mil metros quadrados de área construída.

Entre as atividades realizadas estão recebimento de cargas, armazenagem, processamento de pedidos, montagem de kits, distribuição e tratamento de devoluções.

Já o CLI E-Fulfillment Belém atende empresas

que operam no comércio eletrônico por meio de lojas virtuais e marketplaces. A unidade é utilizada no serviço Correios Log+, que reúne etapas como armazenagem, controle de estoque, processamento de pedidos, distribuição e logística reversa.

O espaço destinado ao e-fulfillment possui 125 metros quadrados e uma doca para as operações.

O complexo também

inclui o CDD Belém, responsável por atividades de distribuição domiciliar, e a Agência Telégrafo Sem Fio, unidade de atendimento ao público.

Segundo os Correios, os serviços logísticos podem ser contratados por meio do Correios Fácil, sistema de formalização de contratos pela internet, ou incorporados a contratos comerciais já existentes com a empresa.

Sul Export debate competitividade e custos logísticos na região

Painel discutirá investimentos em portos e recintos alfandegados, corredores multimodais e financiamento de grandes projetos

Da Redação
redacao.jotnal@redebenews.com.br

Competitividade, custos logísticos e investimentos estarão no centro de um dos debates do Sul Export 2026, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). O painel “Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil” está marcado para as 14h do primeiro dia do evento.

A discussão deverá abordar os fatores que afetam a competitividade dos grandes embarcadores da região e as ações consideradas necessárias para reduzir os custos logísticos no Sul do país.

Outro ponto previsto é a necessidade de ampliar investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar gargalos, desabastecimento e aumento de custos ao longo das cadeias de transporte.

O painel também tratará da articulação entre investimentos privados e planos governamentais de infraestrutura. A proposta é discutir de que forma entidades representativas do setor produtivo podem contribuir para alinhar projetos empresariais às políticas públicas de logística.

A criação de corredores multimodais integrados aparece entre os temas associados a essa articulação. A discussão envolve a conexão entre diferentes modos de transporte e estruturas de apoio capazes de ampliar a eficiência do

escoamento de cargas.

O financiamento de grandes projetos de infraestrutura também fará parte da pauta. Entre os pontos previstos estão alternativas para viabilizar novos investimentos e mecanismos para ampliar a atração de capital externo para empreendimentos logísticos na região Sul.

A posição da região no comércio exterior brasileiro deverá aparecer como pano de fundo da discussão. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul concentram atividades industriais, agropecuárias e exportadoras que dependem de redes portuárias, rodoviárias, ferroviárias e de recintos alfandegados para o escoamento da produção.

A moderação será feita por Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE



Divulgação

O painel deverá abordar fatores que afetam a competitividade dos grandes embarcadores da região e ações consideradas necessárias para reduzir os custos logísticos no Sul do país

News. Estão confirmados como debatedores Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; e Thiago Meirelles, sócio da AVREN.

O Sul Export 2026 integra a agenda do Grupo Brasil Export e será realizado no Bourbon Thermas Eco Resort, em Foz do Iguaçu.

A programação do dia 17 começa às 8h30 e segue até a noite, com discussões sobre infraestrutura, logística, sustentabilidade e setor naval.

No dia 18, a programação prevê a saída do transporte oficial às 9h15 para uma agenda de visitas técnicas, com retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort às 16h30.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para edículas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Moderação: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil
Segurança da navegação e marcos regulatórios | Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária | Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica

Apresentação: Felipe Ribolla Masetti, Technomar Engenharia

Debatedores: Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Rodolfo Gonçalves, CEO da JB Energy; Demais participantes a confirmar

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul | Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado | Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados

Apresentação: Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da INFRA S/A

Debatedores: Daniel Rodrigues Aldigueri, Diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos; Osmari de Castilho Ribas, Diretor Superintendente Administrativo da Portonave; Ricardo Delfim, Diretor Comercial da Jan de Nul, Demais participantes a confirmar

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul | A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos | O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados | Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo

Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Demais participantes a confirmar

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região | Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País | Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegário, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá; Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Intervalo

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil | Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval | Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit; James Winter, Presidente da Comissão Estadual de Direito Marítimo e Portuário da OAB/SC

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

18h15 InfraJur | Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

19h00 Palestra de encerramento

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

PETRÓLEO E GÁS

Cade aprova arrendamento do Terminal Gás Sul pela J&F

Operação envolve infraestrutura de GNL em São Francisco do Sul e amplia a presença do grupo no mercado brasileiro de gás natural

Divulgação

Estadão Conteúdo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, o arrendamento, pela J&F S.A. (J&F), do Terminal Gás Sul (TGS), de propriedade e atualmente operado pela norte-americana, NFE Power Latam Participações e Comércio. Segundo despacho do órgão, a operação não está sujeita à aprovação de outros órgãos reguladores.

“A operação representa uma boa oportunidade para a expansão das atividades do Grupo J&F no setor de gás natural, contribuindo para o seu desenvolvimento e para a sua maior eficiência ao atender clientes em suas jornadas de transição para fontes energéticas menos poluentes. Para o Grupo NFE, o negócio está em linha com o processo de reorganização de seus negócios e realocação de recursos”, diz o Cade.

Segundo o órgão, o ativo consiste em uma infraestrutura de terminal marítimo destinada a atracação e operação de embarcação tipo (FSRU), que desempenha as funcionalidades de



O terminal offshore tem um sistema de dutos de aproximadamente 32,6 quilômetros e estação de transferência de custódia e condicionamento de gás (ETC) em Garuva (SC)

recebimento, armazenamento e regaseificação de GNL, localizada na Baía da Babitonga em São Francisco do Sul (SC).

O terminal offshore tem um sistema de dutos de aproximadamente 32,6 quilômetros e estação de transferência de custódia e condicionamento de gás (ETC) em Garuva (SC), com interligação à malha da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), e incluindo a totalidade dos ativos, instalações, equipamentos, sistemas e infraes-

trutura relacionados ao TGS.

“O TGS não atua na exploração ou produção de gás natural, não atua diretamente no segmento de processamento de gás natural, não detém gasodutos de transporte nem contrata diretamente capacidade de transporte (o que é feito pela TGB/Gasbol, uma empresa independente) e não atua na geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica”, diz o despacho.

O Grupo NFE é um grupo global de infraestrutura

energética, atuando como proprietário e operador de ativos de Gás Natural Liquefeito (GNL), navios e ativos logísticos, soluções energéticas prontas para uso em mercados globais, plantas de produção termelétrica de energia, além de seu negócio modular de fabricação de GNL (Fast LNG). No Brasil, o Grupo NFE atua nos segmentos de geração de energia e comercialização de gás natural. Atualmente, no Brasil, o Grupo NFE possui 2 (dois) terminais de GNL (o TGS localizado em

São Francisco do Sul (SC) e outro terminal localizado em Barcarena (PA).

Já o Grupo J&F importa gás natural da Bolívia e Argentina para o Brasil, por meio da MGAS Comercializadora de Gás Natural Ltda. Além disso, atua na comercialização do combustível, também por meio da MGAS, realizando a entrega da molécula exclusivamente via dutos de transporte para outros agentes produtores/comercializadores e algumas distribuidoras locais, em mercados atendidos por infraestrutura de transporte e distribuição canalizada, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

“Atua na distribuição logística multimodal e comercialização de gás natural comprimido (GNC), GNL e gás natural renovável (GNR), incluindo a prestação de serviços de compressão e liquefação de gás natural, bem como o transporte, a descompressão e a regaseificação do produto, por meio da Logística e Distribuição de Gás (Logás), com quatro unidades operacionais, todas localizadas no estado de Minas Gerais, e cinco plantas pré-operacionais, localizadas nos estados do Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Mato Grosso do Sul”, diz o Cade.

ANP estende prazo de consulta pública

Debate sobre acesso de terceiros a gasodutos de escoamento e às instalações de tratamento vai até o próximo dia 14

Estadão Conteúdo

A ANP prorrogou o prazo de encerramento da Con-

sulta Pública nº 13/2026, sobre minuta de resolução para regulamentação do acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção e às instalações de tratamento ou processamento

de gás natural.

O novo prazo final para o envio de contribuições passa a ser 14 de setembro. Por conta da prorrogação, a data da audiência pública sobre o tema também foi alterada, para o dia 1/10, das 14h às 18h. Os inte-

ressados em participar da audiência pública devem fazer inscrição até 16/9 por meio de formulário eletrônico.

A iniciativa tem como objetivo ampliar a participação social e obter contribuições da sociedade

para o aperfeiçoamento da proposta, elaborada no âmbito da Agenda Regulatória da ANP para o biênio 2025-2026 (Ação nº 2.10), em atendimento ao artigo 28 da Lei nº 14.134/2021, conhecida como Nova Lei do Gás.

PETRÓLEO E GÁS

Justiça decreta falência das empresas do Grupo Refit

Decisão converte recuperação judicial em falência após processo iniciado em 2015 e cita irregularidades fiscais e bloqueio bilionário

Estadão Conteúdo

A 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decretou nesta segunda-feira, 31, a falência das empresas que compõem o Grupo Refit. O juiz Arthur Ferreira converteu em falência a recuperação judicial da Gasdiesel Serviços, em Duque de Caxias, da Distribuidora S.A., em Manguinhos, da Química S/A, na Rodovia Anhanguera, em Campinas, e da Refinaria de Petróleos Manguinhos, na Avenida Brasil.

Além de decretar a falência, Arthur Ferreira determinou que as empresas apresentem em até cinco dias a relação nominal de credores e prestem informações ao administrador judicial. Também ordenou o bloqueio de todas as contas bancárias das falidas e requisitou à Receita Federal as últimas declarações de Imposto de Renda e dados de operações imobiliárias.

O processo de recupera-

ção judicial tramitava desde 2015 sem desfecho, e teve a transformação em falência pedida pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especializada e de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal (Gaesf).

Na sua decisão, Ferreira menciona irregularidades apontadas em operações policiais e fiscais, afirmando que o negócio do grupo estaria sustentado por “atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada”, com referências às operações Cadeia de Carbono e Carbono Oculto (Receita Federal), Poço de Lobato (MP de São Paulo e Procuradoria da Fazenda Nacional), além de interdição administrativa da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O magistrado também destacou a Operação Sem Refino, deflagrada pela Polícia Federal no Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a suspensão das atividades econômicas de todas as empresas do grupo e o bloqueio de R\$ 52 bilhões em ativos financeiros.

Segundo o juiz, a medida “evidenciou que o verdadeiro modelo de negócio empreendido pela Refit e suas empresas coligadas é baseado, intrinsecamente, em atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada, por meio de ocultação patrimonial e esvaziamento econômico da

empresa deliberadamente para fins de não pagamento de tributos”.

A decisão cita ainda a disputa tributária da Refit com o Estado do Rio, com menção a uma autorização judicial para parcelamento que foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O STJ afirmou ainda, que

a suspensão de cobranças afastava créditos cujas parcelas em atraso “já superaram R\$ 80 milhões” e impunha “risco concreto de esvaziamento patrimonial” ao impedir medidas constritivas, caracterizando “grave lesão à economia pública” ao paralisar a cobrança de créditos “de expressão bilionária”.

Divulgação



A decisão cita ainda a disputa tributária da Refit com o Estado do Rio, com menção a uma autorização judicial para parcelamento que foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça

ANP fiscaliza preços em 127 pontos

Agência verifica eventuais abusos praticados na cobrança pelo litro do combustível

Da Redação
redacao.jotnal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) fez 127 ações de fiscalização na última semana (24/8 a 28/8) com foco em preços abusivos de combustíveis. Do total das ações, 107 ocorreram em postos revendedores de combustíveis líquidos, 19 em revendedores de GLP (gás de cozinha) e uma em

transportador-revendedor-retalista (TRR).

Nessas ações, a Agência também coletou informações e realizou notificações para envio, pelos postos, das notas fiscais de aquisição dos combustíveis dos últimos períodos.

Esses dados serão analisados pela ANP e, em caso de indícios de preços abusivos, serão encaminhados aos órgãos de defesa do consumidor para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da legislação con-

sumerista.

Entre os dias 12/3 e 4/8, esteve em vigor a Medida Provisória nº 1.340/2026, que alterou a Lei do Petróleo durante esse período, concedendo à ANP, temporariamente, a atribuição de fiscalizar e aplicar autos de infração por prática de preços abusivos.

Os autos de infração aplicados pela Agência nesse período seguem válidos e seus processos administrativos encontram-se em andamento, garantido o

direito ao contraditório e à ampla defesa dos agentes, conforme determinado em lei.

Ao final dos processos, em caso de condenação, os agentes econômicos estão sujeitos às multas previstas na MP, que variam de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões, dependendo da gravidade da conduta e do porte do eventual infrator.

Atualmente, a ANP segue com as ações com foco em preços abusivos, seguindo o plano de fiscaliza-

ção iniciado em 1º de julho, que prevê ações ostensivas e o monitoramento relativos a práticas oportunistas no mercado. Casos de indícios de preços abusivos serão encaminhados aos órgãos de defesa do consumidor.

O plano tem duração inicial de três meses, permitindo reavaliação ao fim do período para adequação das ações às eventuais mudanças no cenário internacional e no arcabouço normativo.

MINERAÇÃO

Projeto Autazes mira 2,4 milhões de toneladas de potássio por ano

Empreendimento no Amazonas busca ampliar a oferta nacional e reduzir a exposição do agronegócio às importações do insumo

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

O projeto Autazes, da Potássio do Brasil no Amazonas, prevê produzir 2,4 milhões de toneladas métricas de cloreto de potássio por ano, volume que pode reduzir em cerca de 20% a dependência brasileira de importações do insumo. Durante a Exposibram 2026, o presidente da empresa, Sergio Marcio de Freitas Leite, destacou que o empreendimento, desenvolvido há cerca de 17 anos e já com licença de instalação aprovada, busca ampliar a segurança de abastecimento de um mercado no qual o país ainda depende fortemente do exterior.

Segundo Freitas Leite, o Brasil importa entre 80% e 90% dos fertilizantes que utiliza e, especificamente no potássio, a dependência chega a 97%. O executivo

afirmou que a concentração das compras externas aumenta a exposição da agricultura brasileira a riscos geopolíticos e logísticos. “Essa assimetria é preocupante. Ele nos expõe na cadeia de suprimento alimentar e nos expõe na cadeia de suprimentos de abastecimento”,

disse.

A estratégia logística do Autazes prevê o transporte fluvial a partir de um terminal em Urucurituba, localizado a cerca de 12 quilômetros do empreendimento. O projeto contempla duas rotas de escoamento, utilizando os rios Madeira, Amazonas

Divulgação



Durante a Exposibram 2026, Freitas Leite declarou que o Brasil importa entre 80% e 90% dos fertilizantes que utiliza e, especificamente no potássio, a dependência chega a 97%

e Tapajós, com conexão às rodovias BR-364 e BR-163 para alcançar diferentes regiões de Mato Grosso. Para o presidente da Potássio do Brasil, a estrutura permite aproximar uma importante reserva de potássio dos grandes centros consumidores de fertilizantes.

A logística também já apresenta avanço comercial. De acordo com Freitas Leite, cerca de 90% da produção projetada está contratada por meio de três acordos de offtake, enquanto três empresas demonstraram interesse em atuar na modalidade BOOT para o terminal portuário. O executivo destacou ainda o potencial de utilização de fretes de retorno, com embarcações que levam grãos para a região amazônica podendo retornar carregadas com fertilizantes destinados ao Centro-Oeste.

Para Freitas Leite, a conexão hidroviária pode reduzir significativamente o tempo de chegada do fertilizante ao mercado consu-

midor. Atualmente, segundo ele, o insumo pode levar até 103 dias para chegar ao Centro-Oeste, chegando a 120 dias em períodos de pico. “Autazes responde ao mercado com três dias apenas”, afirmou. A diferença, segundo o executivo, evidencia o potencial competitivo do projeto ao combinar produção nacional e uma rota logística integrada.

O presidente também ressaltou que a necessidade de ampliar a oferta doméstica de fertilizantes tem aumentado o interesse de investidores e instituições de financiamento pelo empreendimento. Nesse cenário, a empresa avalia a possibilidade de conexão do Autazes ao Profert, programa de política pública voltado ao estímulo da produção e dos investimentos na cadeia de fertilizantes. Para Freitas Leite, o projeto pode se consolidar não apenas como fornecedor de potássio, mas como parte de um ecossistema que integra mineração, logística e agronegócio.

Ouro recua mais de 1% com alta do petróleo e juros nos EUA

Metal caiu para US\$ 4.481,50 por onça-troy, pressionado pelos Treasuries, mas acumulou avanço de 10,68% no mês

Estadão Conteúdo

O contrato mais líquido do ouro fechou em queda de mais de 1% nesta segunda-feira, 31, seguindo o avanço dos preços do petróleo e os comentários do presidente do Federal Reserve (Fed), Kevin Warsh, na

última semana. A elevação na cotação da commodity reforça pressões inflacionárias, enquanto a postura do dirigente apontou para uma autoridade mais comprometida com o combate ao aumento de preços. Os rendimentos dos Treasuries subiram, pressionando o metal, que não rende juros. Por sua vez, no mês, o ouro acumulou ganhos.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova

York (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em baixa de 1,07%, a US\$ 4.481,5 por onça-troy, subindo 10,68% no mês. A prata para dezembro caiu 1,16%, a US\$ 66,99 por onça-troy. No mês, a alta foi de 15,78%.

“Ataques dos EUA perto do Estreito de Ormuz trouxeram um novo fator de pressão negativa com a alta do petróleo, elevando as expectativas de inflação”,

afirma Kaynat Chainwala, da Kotak Neo. “A tendência daqui em diante permanece atrelada à trajetória das taxas de juros do Fed, uma vez que novos sinais de postura mais restritiva prolongariam a retração, enquanto uma estabilização nos rendimentos dos títulos poderia estabilizar os preços”.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, avaliou que o mercado de

Treasuries tem mostrado desempenho superior ao de pares internacionais e minimizou o potencial de iniciativas de recompra de títulos para alterar, por si só, a dinâmica das taxas. O movimento recente do mercado de renda fixa deve ser lido em um contexto global de escalada dos rendimentos soberanos, sem que isso implique deterioração específica dos papéis americanos, segundo ele.



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Augusto Cesar Barreto Rocha. Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Amazônia: conservar a floresta também é garantir energia

São muitos os desafios em relação ao clima, à conservação da Amazônia e ao fornecimento de energia elétrica. Cada um deles merece uma atenção muito maior do que a que tem sido dada para as questões ao longo da história. Não há dúvida de que precisamos reduzir o consumo de diesel para a geração de energia elétrica, aumentando a eficiência, focando uma transição para fontes renováveis. Também é muito claro que existe uma grande população da região Amazônica sem energia elétrica. Em meio ao contexto, há uma grande parte da energia gerada pelas hidrelétricas da região que é usada para abastecer outras áreas do País.

Ou seja, o cenário posto é, por um lado, interessante e eficiente, pois há uma significativa produção de energia hidrelétrica que é distribuída em um grande sistema nacional, por outro, pelo isolamento das populações e a grande dispersão territorial, ainda há uma parcela muito grande desassistida de um sistema integrado, mesmo com anos de programas como o Luz Para Todos. Como um exemplo, de acordo com a Norte Energia, em relatório de 2023, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a maior usina 100% nacional, atendendo a mais de 60 milhões de pessoas, com 6% da capacidade total de geração do País e 10% da capacidade de geração de todas as hidrelétricas.

Gustavo Pinto e João Arbache, em artigo de 2025, concluíram, dentre diversos outros achados, que “os impactos do desmatamento na Amazônia vão além da Região Norte, afetando a segurança energética e a economia em todo o País”, havendo uma clara necessidade de proteção da floresta para os rios voadores e outras dinâmicas climáticas. Com a chegada da seca

agravada pelo El Niño e os assustadores eventos extremos nos Andes ao longo dos últimos dias, fica muito evidente que há uma necessidade de medidas de proteção tanto pela biodiversidade em si, como por motivadores econômicos amplos. As sociedades locais já têm sofrido com os eventos extremos e, agora, fica evidente que todo o tripé da sustentabilidade depende de medidas de proteção da floresta que sejam mais amplas.

É necessário integrar as políticas públicas de proteção do meio ambiente com a indução de atividades econômicas para além do conservacionismo pelo conservacionismo, ignorando as pessoas e a economia. O caminho da transformação da Amazônia não será um caminho igual ao passado de outras regiões nacionais. Precisamos criar uma trilha de proteção do meio ambiente porque interessa às pessoas, à sociedade e à economia. Atualmente os olhares não integram essas dimensões e milhões de habitantes seguem sem energia elétrica para subsistência. Há oportunidades na criação de projetos de energias renováveis para comunidades isoladas e de energia hidrocínética nos rios.

Está na hora de criar o Fórum Amazônico de Energia, favorecendo a articulação entre os estados amazônicos para soluções que dialoguem entre si, com a elaboração de um balanço e um plano energético que faça uso dos potenciais de energia para a própria região. A Amazônia tem sido pródiga em fornecer energia para o País. Está na hora do País começar a priorizar a Amazônia para seus próprios habitantes, sem realizar a trilha de destruição ambiental que foi feita nas demais regiões. O momento é oportuno e a crise climática, temperada pela seca, pode ser um bom motivador para um plano mais amplo.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DA AMAZÔNIA NÃO SERÁ UM CAMINHO IGUAL AO PASSADO DE OUTRAS REGIÕES NACIONAIS. PRECISAMOS CRIAR UMA TRILHA DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PORQUE IINTERESSA ÀS PESSOAS, À SOCIEDADE E À ECONOMIA

INDÚSTRIA

Papel e celulose mantêm expansão apesar da queda nas exportações

Setor projeta R\$ 105 bilhões em investimentos até 2028, mesmo após recuo das vendas externas no primeiro semestre de 2026

Estadão Conteúdo

A indústria brasileira de papel e celulose combina um ciclo de investimentos de longo prazo com um cenário mais desafiador para as exportações em 2026. Depois de alcançar recordes de produção e vendas externas no ano passado, o setor sentiu os efeitos do protecionismo e da desorganização das cadeias globais de suprimento no primeiro semestre deste ano. Ainda assim, novos projetos industriais, ganhos de produtividade e a busca por produtos de maior valor agregado sustentam os planos de expansão.

Dados consolidados pela Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) indicam que a produção nacional de celulose alcançou o recorde de 29,4 milhões de toneladas em 2025, crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior.

As exportações também atingiram o maior volume da série histórica, com 20,7 milhões de toneladas enviadas ao exterior, avanço de 11,6%.

Em valores, porém, as exportações de todo o setor de árvores cultivadas somaram US\$ 14,9 bilhões em 2025, queda de 4,8% na comparação anual, influenciada principalmente pelos preços internacionais. A indústria respondeu por 8,8% das exportações do agronegócio brasileiro e ocupou a quinta posição na pauta de vendas externas do agro.

Os resultados mais recentes mostram uma mudança no ambiente internacional. No primeiro semestre de 2026, a produção de celulose permaneceu praticamente estável, em 13,9 milhões de toneladas, enquanto as exportações recuaram 10,5%, para 9,4 milhões de toneladas. Em valores, as vendas externas de celulose totalizaram US\$ 5,2 bilhões, redução de 4%. Considerando todo o setor de árvores cultivadas, as exportações caíram 5,9%, para

US\$ 7,5 bilhões.

A desaceleração ocorre durante um período de ampliação da capacidade produtiva. As empresas do setor projetam R\$ 105 bilhões em investimentos até 2028, destinados a novas fábricas, modernização de unidades, manejo florestal e infraestrutura logística.

Uma das principais vantagens competitivas do Brasil está na combinação entre as condições climáticas e a eficiência da silvicultura. O ciclo de rotação do eucalipto no País varia entre seis e sete anos, período inferior aos 15 a 20 anos exigidos por espécies cultivadas em regiões do Hemisfério Norte. Esse crescimento mais rápido aumenta a produtividade por hectare e contribui para a redução dos custos de produção.

A cadeia opera sob um modelo de integração vertical intensivo em capital. O processo começa na produção de mudas e no manejo florestal, passa pela extração e pelo processamento da celulose e chega à transformação do insumo em produtos

para exportação ou consumo interno.

Na indústria de papel, a matéria-prima abastece segmentos como papéis sanitários, embalagens e produtos destinados à escrita e impressão.

Mato Grosso do Sul, conhecido como Vale da Celulose, concentra parte relevante dos novos empreendimentos, favorecido pela expansão das florestas cultivadas e pela instalação de grandes unidades industriais. Também há projetos no Espírito Santo, na Bahia e no Paraná.

Novos projetos

A Suzano, maior produtora mundial de celulose de fibra curta, lidera esse movimento com a maturação de grandes projetos e previsão de despesas anuais de capital, conhecidas pela sigla Capex, entre R\$ 10,9 bilhões e R\$ 13,3 bilhões. A companhia também busca ampliar sua presença internacional na conversão da celulose em produtos acabados.

A Klabin, que atua nos

segmentos de celulose, papéis e embalagens, tem ampliado a participação das embalagens em seus resultados. Essa área responde por cerca de 60% do Ebitda da companhia — indicador que mede o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização —, reduzindo sua exposição direta às oscilações do preço da celulose negociada para entrega imediata.

A Eldorado Brasil, por sua vez, amplia a eficiência de suas operações florestais e logísticas no Centro-Oeste e mantém acordos de fornecimento de madeira para aproveitar sua capacidade industrial.

A energia é outro componente importante da competitividade. Segundo a Ibá, 90% da energia consumida pelo setor vem de fontes renováveis. Muitas fábricas de celulose são autossuficientes e algumas vendem excedentes para a rede de distribuição. Parte dessa energia é gerada com o licor negro, coproduto do cozimento da madeira.

A infraestrutura de transporte também integra os investimentos do setor. Ferrovias, terminais portuários e outras estruturas dedicadas conectam as unidades industriais aos mercados externos e ajudam a reduzir limitações no escoamento da produção.

Ao mesmo tempo, a indústria procura ampliar as aplicações da celulose para além dos produtos tradicionais. Entre as possibilidades estão embalagens biodegradáveis, nanocelulose para aplicações industriais e farmacêuticas, resinas, produtos bioquímicos e fibras têxteis, como viscose, modal e liocel.



Divulgação

Dados consolidados pela Ibá indicam que a produção nacional de celulose alcançou o recorde de 29,4 milhões de toneladas em 2025, alta de 6,9% em relação ao ano anterior

AGROBUSINESS

CNA lança assistente de IA para produtores rurais no WhatsApp

Ferramenta gratuita vai reunir dados de custos, gestão e finanças e também direcionar usuários a conteúdos técnicos do Senar

Divulgação

Estadão Conteúdo

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou na terça-feira (25) o JoIA, ferramenta gratuita de inteligência artificial que funciona pelo WhatsApp para auxiliar produtores rurais em questões de gestão, custos de produção, decisões financeiras e informações técnicas. O anúncio foi feito durante o Fórum CNA 2026 – Agenda Brasil: Crescimento, Emprego e Competitividade, em São Paulo.

A proposta é permitir que o produtor consulte informações relacionadas à propriedade pelo aplicativo que já utiliza no dia a dia. “Um canal que ele vai conversar diretamente como se fosse um consultor técnico para ele”, afirmou o diretor técnico da CNA, Bruno Lucchi, durante coletiva de imprensa.

O assistente permite interação por texto, áudio e imagem e pode responder a consultas sobre preços, custos, condições de mercado, manejo e gestão financeira. A ferramenta também poderá interpretar informações enviadas pelo produtor, como fotografias de lavouras ou dados relacionados à alimentação de animais.

Antes do lançamento, o JoIA passou por uma fase-piloto de 45 dias em todos os estados, com a participação de mais de 10 mil produtores rurais. Segundo a CNA, os testes foram uti-



O anúncio da ferramenta gratuita de inteligência artificial foi feito durante o Fórum CNA 2026 – Agenda Brasil: Crescimento, Emprego e Competitividade, em São Paulo

lizados para ajustar o funcionamento e a experiência dos usuários.

Parte das respostas será alimentada pelo banco de dados do Campo Futuro, projeto da entidade que reúne informações sobre preços de insumos e custos de produção levantadas há mais de 17 anos em parceria com produtores, universidades e centros de pesquisa.

A base permitirá, por exemplo, consultar relações de troca, comparar custos e produtividade da propriedade com referências regionais e simular diferentes cenários econômicos.

“O produtor vai poder perguntar sobre relações de troca, comparar seu sistema produtivo com o da região”, disse Lucchi.

Nesta primeira etapa, as funcionalidades específicas para acompanhamento de custos de produção abrangem pecuária de leite e de corte, soja, milho, café, cana-de-açúcar, banana e uva.

Informações mais gerais, como preços de insumos e orientações técnicas de manejo, estarão disponíveis para outras cadeias produtivas.

Entre as possibilidades de uso estão a construção do custo de produção da propriedade, comparação entre sistemas produtivos, análise de produtividade, avaliação da situação financeira e consultas sobre a conveniência de tomar crédito ou realizar novos investimentos.

O assistente também terá informações para consultas sobre financiamentos, pagamentos e dívidas. Em uma propriedade pecuária, por exemplo, poderá ser utilizado para calcular custos de alimentação a partir de dados fornecidos pelo usuário. Na agricultura, poderá fornecer informações relacionadas a manejo e condições climáticas.

A ferramenta também dispõe de função para criação de lembretes. O pro-

ductor poderá solicitar pelo próprio WhatsApp que o sistema registre atividades a serem realizadas em determinada data e horário.

O conteúdo técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) também foi incorporado ao sistema. Dúvidas relacionadas à produção poderão levar o usuário a cartilhas e cursos da instituição.

“Toda dúvida que ele tiver, tecnicamente, vai ser direcionada a uma cartilha, a um curso do Senar”, afirmou Lucchi.

Segundo a CNA, as respostas deverão utilizar principalmente bases técnicas e econômicas mantidas pelo Sistema CNA/Senar e informações externas previamente validadas por instituições de pesquisa.

Acesso a dados

A assessora técnica da CNA Larissa Mouro afirmou que a proposta é facilitar o acesso do produtor a dados que

hoje estão disponíveis em diferentes fontes.

“O grande diferencial do JoIA é justamente a acessibilidade, ou seja, levar todo o conteúdo do banco de dados do Sistema CNA/Senar, além de informações de fora dele validadas por instituições de pesquisa, de forma prática pelo WhatsApp. O produtor pode conversar com a ferramenta por áudio, mensagem de texto ou até por imagem”, disse.

Segundo Lucchi, o uso do assistente será gratuito. O acesso pode ser feito por meio do número disponibilizado pela CNA no WhatsApp, sem necessidade de instalação de um aplicativo específico.

Após o lançamento em São Paulo, a entidade iniciou uma agenda de apresentação da ferramenta em eventos do setor agropecuário. Entre eles estão a Expointer, em Esteio (RS), e a 47ª Exposição Agropecuária de Feira de Santana (Expofeira), na Bahia.

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil diz aos EUA que tarifaço é discriminatório e pede diálogo

Em reunião virtual com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, ministros brasileiros afirmaram que tarifas são incompatíveis com as regras internacionais

Divulgação / Ministério das Relações Exteriores

Estadão Conteúdo

O Brasil reiterou nesta segunda-feira (31) a insatisfação com as tarifas impostas pelos Estados Unidos e afirmou que as medidas adotadas por Washington são discriminatórias e incompatíveis com as regras internacionais de comércio.

A posição foi apresentada pelos ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, em reunião virtual com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, realizada no início da tarde.

Em nota conjunta, os ministérios consideraram injusto o tratamento dado ao Brasil e disseram que as justificativas apresentadas nas investigações americanas não correspondem às efeti-



Os ministros Márcio Elias Rosa (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Mauro Vieira (Relações Exteriores) questionaram as justificativas para o tarifaço americano

vas práticas brasileiras.

“Uma vez mais, [os ministros Mauro Vieira e Márcio Elias Rosa] indicaram que as justificativas apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos, nas conclusões das investigações conduzidas ao amparo da Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana, não correspondem às efetivas práticas brasileiras, sendo injusto o tratamen-

to discriminatório adotado contra o Brasil”, destacaram os dois ministérios em nota conjunta.

Diálogo continua

Apesar das divergências, os dois países decidiram manter as negociações. Reuniões técnicas serão realizadas nas próximas semanas, virtuais ou presenciais, seguidas de

novo encontro ministerial para avaliar os avanços.

O governo brasileiro afirmou que continuará buscando “um acordo equilibrado e mutuamente benéfico” com os Estados Unidos, com respeito ao diálogo e à soberania nacional.

Entenda a disputa

A retomada das conversas

ocorre após o telefonema entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, em 21 de agosto. Na ocasião, Lula voltou a contestar as tarifas, e Trump propôs a retomada das negociações.

O Brasil está sujeito a uma tarifa adicional de 25% aplicada especificamente pelo governo americano e a outra sobretaxa de 12,5%, justificada por Washington por questões relacionadas ao combate ao trabalho forçado.

A primeira medida foi baseada em investigação do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), que apontou supostas práticas comerciais desleais do Brasil, em temas como pagamentos eletrônicos (Pix) e acesso ao mercado de etanol. O governo brasileiro rejeita os argumentos e considera a medida injustificada.

A disputa ocorre ainda em meio à crescente competição econômica entre Estados Unidos e China pela influência na América Latina, adicionando uma dimensão geopolítica às negociações entre Brasília e Washington.

Trump usa lei de 1930 contra o Canadá

A alegação para taxar canadenses é ‘discriminação contra exportações norte-americanas’

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acionou a Seção 338 da Lei de Tarifas de 1930 para impor uma taxa de 50% sobre importações do Canadá. A medida, que autoriza o presidente a impor as tarifas sobre im-

portações de países que tenham discriminado empresas americanas, gerou uma retaliação equivalente por parte de Ottawa e ampliou as tensões diplomáticas e comerciais entre os dois países.

Antes de Trump, nenhum presidente havia feito uso do dispositivo.

A decisão ocorreu sob a alegação de discriminação do Canadá contra as exportações norte-americanas dos setores de laticínios, automotivo e de bebidas alcoólicas. “Esta lei é literal-

mente uma tela em branco porque nunca foi objeto de litígio”, disse Ryan Majerus, sócio da King & Spalding e ex-autoridade de comércio dos EUA.

Dessa forma, não há clareza se as novas tarifas impostas ao Canadá resistiriam a um questionamento judicial. Alguns advogados sustentam que a lei da era da Depressão tornou-se obsoleta diante de legislações comerciais mais recentes.

Trump afirmou no domingo, em publicação na rede social Truth Social, que

empresas canadenses estão ampliando sua presença nos Estados Unidos e defendeu que os americanos passem a produzir seus próprios veículos.

“Empresas canadenses estão entrando nos Estados Unidos. Queremos fazer nossos próprios carros”, escreveu Trump, em referência à produção de veículos em território americano.

Ao concluir a publicação, o presidente americano afirmou: “O Canadá está nos roubando há anos - NÃO mais!”.

A declaração ocorre em meio ao acirramento das tensões comerciais entre os dois países e às críticas recorrentes de Trump às relações econômicas com o Canadá. Autoridades canadenses afirmaram que o acordo comercial proposto pelos Estados Unidos era “muito ruim”, trazia demandas excessivas para o país. O governo pediu que a população priorize a compra de produtos locais e que empresas destaquem quais produtos foram feitos no Canadá em suas prateleiras.

Dólar cai na abertura da semana, mas fecha o mês em alta de 2,16%

Moeda norte-americana encerrou a segunda-feira em queda de 0,32%, cotada a R\$ 5,18. Operadores falam em acomodação da taxa, com devolução parcial dos ganhos de sexta

Magnific

Estadão Conteúdo

O dólar abriu a semana em queda moderada no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, embora algumas divisas latino-americanas tenham tropeçado.

Operadores afirmam que houve acomodação da taxa de câmbio, com devolução parcial dos ganhos registrados na sexta-feira, em parte embalada pela nova rodada de pesquisas apontando para uma disputa acirrada pelo Palácio do Planalto.

Pela manhã, marcada pela disputa pela formação da última taxa Ptax de agosto, a moeda chegou a trocar de sinais, registrando mínima de R\$ 5,1615.

A avaliação é de que a volatilidade foi bem contida, uma vez que boa parte dos ajustes técnicos típicos de fim de mês já teria sido realizada nos últimos pregões da semana passada.

Com máxima de R\$ 5,1892, à tarde, o dólar encerrou a segunda-feira em queda de 0,32%, a R\$ 5,1801, acumulando ganhos de 2,16% em agosto, após

recoo de 1,79% em julho. “Houve uma alta muito forte na sexta-feira, com o dólar atingindo R\$ 5,23 e depois fechando abaixo de R\$ 5,20. Vejo o movimento de hoje mais como um ajuste, talvez com algum impacto das pesquisas eleitorais, embora não haja uma mudança significativa no cenário”, afirma o operador sênior Fernando Cesar, da AGK Corretora.

Pesquisa Atlas/Bloomberg divulgada pela manhã mostrou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 47,1% das intenções de voto em eventual segundo turno, contra 42,6% de Flávio Bolsonaro. A distância entre os dois caiu 1,8 ponto porcentual em relação ao levantamento anterior. Já a pesquisa BTG/Nexus trouxe Lula e Flávio empatados tecnicamente em simulação de segundo turno.

A grande novidade dessa safra de pesquisas é o crescimento de Augusto Cury (Avante), que assumiu a terceira posição em ambas, reduzindo, em tese, as chances de uma eventual vitória de Lula já no primeiro turno.

“Esse crescimento da oposição, com empate técnico entre Lula e Flávio, tende a trazer um alívio para o câmbio, porque a direita é a



Pela manhã, marcada pela disputa pela formação da última taxa Ptax de agosto, a moeda chegou a trocar de sinais, registrando mínima de R\$ 5,16

principal aposta do mercado para uma mudança da política econômica, com redução dos gastos públicos”, afirma o economista Fabrizio Velloni.

Ele ressalta que o recrudescimento da guerra no Oriente Médio pode favorecer países exportadores de petróleo, caso do Brasil.

Impacto externo

As cotações do petróleo subiram quase 3%, com o contrato do Brent para novembro superando a marca de US\$ 90 o barril, após trocas de ataques no Golfo Pérsico. Os Estados Unidos bombardearam partes da ilha iraniana de Larak, o que foi classificado por Teerã como uma

violação de sua soberania nacional. Em resposta, o Irã atacou bases militares americanas na Jordânia e nos Emirados Árabes Unidos.

Referência do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY recuava 0,29% perto do fim da tarde, aos 99,412 pontos, após mínima de 99,370 pontos. As taxas dos Treasuries mais longos subiram cerca de cinco pontos-base.

Já o retorno da T-note de 2 anos praticamente não saiu do lugar, após a arrancada da última sexta-feira, quando o discurso duro do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Warsh, elevou as chances

de alta dos juros nos EUA em setembro.

Investidores aguardam a divulgação, nesta sexta-feira, 4, do relatório de emprego (payroll) de agosto, para calibrar as apostas em torno de um aperto da política monetária. Warsh, porém, reforçou que a saúde do mercado de trabalho abre espaço para que o Fed mantenha o foco na inflação.

“Warsh ainda enfrenta um problema de credibilidade: ele tem defendido a necessidade de o Fed reduzir a inflação para a meta de 2%, mas ainda não traduziu esse discurso em ações concretas”, avalia o sócio-diretor da Wagner Investimentos, José Faria Júnior.

Bolsa sobe 1%, aos 177,4 mil pontos

Resultado foi motivado pela disparada das ações da Petrobras. No mês, houve leve queda

Estadão Conteúdo

Depois de tocar mais cedo a máxima em 178.585,94 pontos, o Ibovespa perdeu força e fechou nos 177.418,78 pontos (alta de 1%) nesta segunda-feira.

O maior catalisador para o movimento foi a disparada das ações da Petrobras no dia, com avanço de 3,38% das preferenciais e 4,23% das ordinárias, em dia de firme valorização do petróleo. A commodity teve alta de 2,71% (US\$ 2,39), a US\$ 90,49 por barril.

Depois de uma sequência forte de saídas de recursos estrangeiros da bolsa

até a metade do mês, uma nova leva de entrada de dinheiro desses investidores nas últimas sessões permitiu que o Ibovespa retomasse o fôlego.

Desde o último dia 21, os estrangeiros ingressaram com pouco mais de R\$ 4 bilhões na B3 e, de lá para cá, o Ibovespa subiu 3,7%. Com isso, o índice basicamente anulou as perdas de agosto,

encerrando o mês com leve queda de 0,33%. No ano, o avanço é de 10,11%.

Um barril de petróleo mais caro representa ganhos para a estatal, e essa correlação fica ainda mais clara no desempenho do papel em horizontes mais longos frente à performance da commodity. No ano, o petróleo já acumula ganhos acima de 40%, enquanto as

ações preferenciais da Petrobras, mais líquidas, sobem 54%.

“O cenário de alta do barril beneficiou o desempenho das ações da Petrobras, que, junto aos grandes bancos e varejistas, ajudou a puxar o índice para cima e dá fôlego para o Ibovespa”, afirma Rebecca Nossig, estrategista de ações na Nomad.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



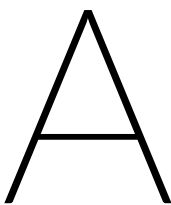
CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente.

opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

A sua carreira depende mais do mundo do que você imagina



evolução do cenário global transformou o significado de uma carreira de sucesso. Hoje, o posicionamento profissional vai além do crachá ou do salário: trata-se de construir relevância, antifragilidade e impacto de longo prazo em um mundo volátil e cada vez mais imprevisível.

A maioria dos executivos, porém, não considera esse contexto quando pensa na própria carreira. Uma pesquisa realizada com 136 líderes de empresas nacionais e multinacionais pela Plogê, consultoria especializada em Executive Search, apontou que 80% consideram mudar de empresa, mas apenas um em cada seis leva fatores geopolíticos e econômicos em conta nessa decisão.

Esse dado é preocupante. Mudanças nas relações internacionais alteram as prioridades das empresas e, consequentemente, as competências mais valorizadas no mercado executivo. Quem busca recolocação, mudança de empresa ou de setor precisa traçar uma estratégia de posicionamento que vá além de expandir ou melhorar o marketing pessoal. Trarei exemplos de três forças globais que não podem ser ignoradas: impactos geopolíticos, impactos econômicos e mudanças comportamentais.

Impactos geopolíticos, por exemplo, exigem lideranças capazes de gerir riscos, transitar entre estratégias globais e adaptações locais e negociar com governos, agências reguladoras e diferentes blocos econômicos. Os últimos movimentos no cenário internacional deixam essa demanda cada vez mais evidente.

A economia mundial também passa por mudanças significativas. Ciclos de inflação, juros altos, recessões ou períodos de forte avanço tecnológico fazem com que o mercado valorize líderes capazes de reduzir custos de forma inteligente, otimizar processos e tomar decisões com maior disciplina financeira. O posicionamento desse líder precisa demonstrar visão de negócio e capacidade de adaptar produtos, serviços e estratégias às novas condições do mercado.

Esses movimentos influenciam diretamente as mudanças comportamentais. O executivo precisa saber liderar equipes diversas, incorporar responsabilidade socioambiental à estratégia do negócio e adotar novas tecnologias capazes de gerar inovação e eficiência para todo o ecossistema, e não apenas servir como discurso de marketing.

Essas forças globais estão redesenhando o mercado de trabalho. Deixar de olhar para esse cenário e continuar considerando apenas questões como a busca por “novos desafios” é, em alguma medida, delegar a gestão da carreira à sorte. Entre os riscos, estão a obsolescência da própria função, a fragmentação dos contratos de trabalho e a falta de adaptabilidade a diferentes culturas, mercados e modelos de negócio.

Para resistir a essa volatilidade e construir um posicionamento

profissional mais forte, alguns caminhos são fundamentais:

- Não se defina apenas pelo seu título atual — “Sou Diretor de Operações”, por exemplo —, mas também pelos problemas que você é capaz de resolver: “Especialista em reestruturar cadeias de suprimentos em cenários de alta volatilidade”. Cargos podem desaparecer ou perder relevância em momentos de crise. Profissionais reconhecidos pela capacidade de resolver problemas importantes continuam necessários.
- Desenvolva e demonstre visão macroeconômica. Nas redes profissionais, reuniões e tomadas de decisão, aprenda a relacionar movimentos globais às consequências para o negócio. Líderes que compreendem geopolítica e economia conseguem identificar riscos, antecipar movimentos e enxergar oportunidades antes de muitos concorrentes.
- Alinhe seu posicionamento à forma como você lidera. Governança, ética, gestão de pessoas e sustentabilidade não podem existir apenas no discurso. A maneira como um executivo toma decisões, desenvolve equipes e conduz o negócio também compõe sua reputação profissional.

Essa virada exige abandonar algumas fórmulas antigas de sucesso e aceitar o desconforto da atualização constante. Entender o tabuleiro global e olhar para além dos muros da empresa é uma das diferenças entre profissionais táticos daqueles capazes de pensar estrategicamente.

Ao adotar essa postura, o trabalho também deixa de ser visto apenas como uma relação entre cargo, salário e empresa. Quando um executivo passa a construir sua carreira a partir dos problemas que consegue resolver e do valor que entrega, sua relevância deixa de depender exclusivamente da organização em que trabalha.

Por isso, o sucesso na alta liderança precisa ser revisto. A estabilidade não está apenas na permanência de um contrato ou na posição alcançada dentro de uma grande empresa. Está na construção de uma reputação e de uma marca pessoal que continuem valiosas mesmo quando o mercado, a tecnologia ou a própria organização mudam.

Gerenciar a carreira sob essa ótica não significa tentar prever os próximos movimentos mundiais, mas construir capacidade de adaptação. Quanto mais preparado você estiver para interpretar mudanças, menos o seu valor profissional dependerá da estabilidade externa.

O mundo continuará mudando e redesenhando exigências. Olhar para a carreira somente pela ótica do passado é promover uma deflação do próprio valor profissional. O posicionamento construído hoje, considerando as novas e futuras demandas do mercado, ajudará a definir sua continuidade e relevância amanhã.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

QUANDO UM EXECUTIVO PASSA A CONSTRUIR SUA CARREIRA A PARTIR DOS PROBLEMAS QUE CONSEGUE RESOLVER E DO VALOR QUE ENTREGA, SUA RELEVÂNCIA DEIXA DE DEPENDER EXCLUSIVAMENTE DA ORGANIZAÇÃO EM QUE TRABALHA

Bruno Dantas encerra ciclo no TCU e abre disputa pela sucessão

Senado terá a prerrogativa de indicar o novo ministro, e Rodrigo Pacheco aparece como nome mais cotado

Estadão Conteúdo

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas oficializou nesta segunda-feira, 31, sua saída do cargo, que ocupa desde 2014. Com a decisão, comunicada em ofício enviado à presidência do órgão, o Senado poderá indicar um substituto para a vaga. O senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) é o favorito.

“Encerro este ciclo com a serenidade e com a convicção republicana de que a rotatividade nos altos cargos é uma virtude. As instituições se fortalecem quando seus quadros sabem chegar e sabem partir”, afirmou Dantas, em vídeo publicado no Instagram.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tentou emplacar o parlamentar, de quem é aliado, no Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, o presidente Luiz Inácio Lula

da Silva escolheu o advogado-geral da União, Jorge Messias, cuja indicação foi reprovada no plenário da Casa.

Esse atrito causou o afastamento entre o petista e Alcolumbre. Nas últimas semanas, eles se reaproximaram, com o interesse do Palácio do Planalto de ter apoio a projetos estratégicos às vésperas da eleição, e de uma aliança para uma eventual reeleição do senador amapaense à presiden-



Divulgação

Dantas deve migrar para a iniciativa privada e tem o nome cotado para o comando da Avibras, fabricante de aviões recentemente adquirida pelos irmãos Joesley e Wesley Batista



Divulgação

Rodrigo Pacheco desistiu de se candidatar a cargos eletivos, após ter seu nome cogitado em tratativas para o governo de Minas Gerais e para a reeleição, com apoio de Lula

cia do Senado.

Pacheco desistiu de se candidatar a cargos eletivos, após ter seu nome cogitado em tratativas para o governo de Minas Gerais e para a reeleição, com apoio de Lula.

Dantas, por sua vez, deve migrar para a iniciativa privada e tem o nome cotado para o comando da Avibras, fabricante nacional de aviões recentemente adquirida pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do Grupo J&F.

“Aos 48 anos, depois de presidir o Tribunal em anos de grande projeção institucional, sentia que estava na hora de novos desafios. Sou, por temperamento, intelectualmente inquieto - sempre fui. E encontrei, nos projetos que pretendo abraçar, o feixe de motivação de que precisava: iniciativas de interesse nacional em áreas estratégicas, a continuidade da minha dedicação à vida acadêmica e a participação no debate público — agora a partir de outro ponto de observação”, disse Dantas, em nota.

Presidente da Corte diz receber saída de ministro com tristeza

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou nesta segunda-feira, 31, que recebeu com tristeza e emoção o pedido do ministro Bruno Dantas para renunciar ao cargo na Corte.

Vital do Rêgo afirmou que Dantas foi um “confidente e grande amigo” que tinha no Tribunal e que ele deixará um legado de inteligência e cora-

gem na corte.

“Recebo com emoção e, confesso, com um sentimento de tristeza, a

O presidente do TCU, Vital do Rêgo, afirmou que Dantas foi um “confidente e grande amigo” que tinha no tribunal e que ele deixará um legado de inteligência e coragem



Divulgação

decisão de Bruno Dantas de encerrar sua trajetória como ministro do Tribunal de Contas da União (...) Agradeço profundamente por sua dedicação, pelo trabalho realizado e pela contribuição que deixou para a história desta Corte. O TCU sentirá sua falta e guardará, com reconhecimento e gratidão, a marca de sua passagem”, afirmou o presidente da Corte por meio de nota.

INTERNACIONAL

Milei dá aumento para militares em meio à crise de contrabando

Enquanto o governo reajusta salários das Forças Armadas e de Segurança, Argentina registra alta na taxa de contrabando de itens importados após redução da burocracia

Estadão Conteúdo

O governo de Javier Milei destinará o equivalente a US\$ 33 milhões para o aumento dos salários das Forças Armadas e de Segurança, em meio à reivindicação de seu pessoal por rendimentos abaixo da inflação que os obrigaram a se endividar e a ter múltiplos empregos.

Em paralelo, dados mostram aumento na taxa de contrabando de itens importados enquanto o presidente argentino tenta reabrir a economia para o mercado internacional.

Todo o pessoal das Forças Armadas e os militares aposentados receberão um aumento de 12,22% sobre seus vencimentos entre setembro e dezembro de 2026. Enquanto isso, o Poder Executivo também determinou uma melhoria no salário básico dos agentes da Gendarmaria Nacional, Prefectura Naval, Policía Federal, Serviço Penitenciário Federal e Policía de Seguridad Aeroportuária entre 10% e 30%.

“As medidas fazem par-



O presidente Javier Milei havia prometido uma reestruturação das Forças Armadas e de Segurança da Argentina em 2023, ao assumir o poder

te do objetivo do Governo Nacional de fortalecer e recuperar as Forças Federais de Segurança e as Forças Armadas, melhorando as condições do pessoal e reconhecendo as características específicas de suas tarefas”, disse o gabinete de imprensa da presidência na segunda-feira em um comunicado.

Ao chegar ao poder em 2023, o presidente liberal havia prometido uma reestruturação das Forças Armadas e de Segurança após o que qualificou como uma política de desfinancia-

mento e desmantelamento por parte dos governos de centro-esquerda que o antecederam.

Embora Milei tenha avançado em um ambicioso plano de equipamento, os salários dos militares acumularam uma perda média de 28% em relação à inflação entre o final de 2023 e os primeiros meses deste ano.

Até o aumento anunciado nesta segunda-feira, um cabo do Exército - o menor posto - recebia em seu salário básico o equivalente a US\$ 566,

enquanto uma família típica precisava do dobro de renda para não cair na pobreza, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) de julho.

Flexibilização

Em junho passado, o Ministério da Defesa flexibilizou a normativa que impunha dedicação exclusiva a militares e agentes federais para que pudessem desenvolver atividades no setor privado devido ao aumento do custo de vida

- em julho foi de 2,1% e acumula 19,3% no ano.

Em um contexto de aumento da inadimplência com bancos e carteiras virtuais devido à queda dos rendimentos, 25% dos militares e agentes federais não conseguem arcar com suas dívidas, segundo consultorias privadas que analisam dados de inadimplência do Banco Central.

Contrabando

Paralelamente, uma reportagem do Financial Times mostra crescimento no contrabando de bens para a Argentina, principalmente nos segmentos de bebidas, cigarros, roupas e telefones celulares.

Câmaras de comércio estimam que até 40% das cervejas e 30% dos pneus vendidos na Argentina são contrabandeados, e a venda de celulares importados legalmente aumentou 7% desde a posse de Milei em 2023.

Para analistas, o fluxo resulta das políticas do governo para reduzir a burocracia na entrada de mercadorias e de equiparação do câmbio do dólar oficial com as taxas antes praticadas pelo mercado paralelo - o chamado “dólar blue”.

Lago Ontário é da ‘América’ no Google

Aplicativo identifica a formação hídrica como Lago América nos EUA após ordem de Trump

Estadão Conteúdo

O Google atualizou seu aplicativo de mapas para renomear o Lago Ontário como “Lago América” para usuários nos Estados Unidos, refletindo uma recente ordem executiva do presidente

Donald Trump que mudou o nome do lago, diz o gigante global da tecnologia.

A atualização do Google Maps ocorre dias após a ordem de Trump em meio a uma guerra comercial crescente com o Canadá, que levou ambos os países a impor bilhões de dólares em tarifas adicionais sobre os produtos um do outro. Isso ecoa o que o Google fez em

2025 quando Trump emitiu uma ordem para renomear o Golfo do México como Golfo da América.

O Google disse em um post no blog no sábado (29) que a decisão foi baseada em sua prática de usar nomes atribuídos pelo Sistema de Informações de Nomes Geográficos dos EUA, também conhecido como GNIS.

“As pessoas que usam o

Maps nos EUA verão ‘Lago América’, aquelas no Canadá continuarão a ver ‘Lago Ontário’, e aquelas fora dos EUA e Canadá verão ambos os nomes”, disse o Google em um breve comunicado. “Essas atualizações seguem nossa política de longa data para corpos d’água com nomes que variam de país para país, e estão começando a ser implementadas agora.”

A decisão de Trump na quinta-feira, 27, de renomear o lago foi recebida com zombaria e indiferença tanto no Canadá quanto nos Estados Unidos. No sábado, o premiê de Ontário, Doug Ford, respondeu à ordem de Trump com uma mensagem do tamanho de um outdoor na costa canadense: “Lago Ontário. Agora e para sempre”.